



A SOBERANIA EUROPEIA E A DIMENSÃO SOCIAL

REAFIRMAR O MODELO SOCIAL-DEMOCRATA DA EUROPA EM TEMPOS CONTURBADOS

RESUMO

Décadas de políticas neoliberais geraram desequilíbrios económicos, polarização social e instabilidade política. A rutura transatlântica, desde o regresso de Trump, acrescenta uma pressão considerável à integração europeia. Construir a soberania europeia e reafirmar o nosso modelo social, baseado no desenvolvimento sustentável, são três lados da mesma agenda.

Hoje, a agenda da direita de inspiração americana centra-se na desregulamentação e na diluição da autonomia regulatória europeia. Isto contradiz as decisões políticas europeias, o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, o seu Plano de Ação adotado no Porto, e a declaração de La Hulpe.

A soberania europeia exige uma dimensão social, não a agenda de Trump. Uma Europa forte no exterior depende da resiliência interna. A soberania deve, portanto, incluir uma dimensão social renovada e reforçada, com maior capacidade de investimento e redes de proteção. Isso também significa proteger os cidadãos, fortalecer a solidariedade e garantir o controlo democrático do poder económico.

Este documento renova o impulso progressivo da governação da UE face à nova realidade geopolítica. Propõe uma nova agenda económica e social da UE baseada em: promover o modelo social como dimensão fundamental da soberania; desenvolver a capacidade de financiamento da UE; reforçar a política económica e os direitos sociais; revitalizar os serviços públicos e restaurar as metas sociais no centro da integração europeia e da sua governação.

Este caminho para o Porto 2.0 e pode proporcionar os pilares necessários para que a soberania europeia ganhe legitimidade política e fortaleça as características sociais-democratas da integração europeia.



AUTORES

LÁSZLÓ ANDOR
Secretário Geral, FEPS

ROBIN HUGUENOT-NOËL
investigador de pós-doutoramento,
Freie Universität Berlin (FU)

EM PARCERIA COM

Resumo de Política publicado em junho de 2026 por

FEPS
FOUNDATION FOR EUROPEAN
PROGRESSIVE STUDIES



**FOUNDATION FOR EUROPEAN
PROGRESSIVE STUDIES (FEPS)**

Fundação Política Europeia – N.º 4 BE 896.230.213
Avenue des Arts 46 1000 Bruxelas (Bélgica)
www.feps-europe.eu
@FEPS_Europe

EM PARCERIA COM



**FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT
REPRESENTAÇÃO EM PORTUGAL**

Av. Sidónio Pais 16 1º Dto, 1050-215
Lisboa (Portugal)
www.portugal.fes.de
@fesportugal



FUNDAÇÃO RES PUBLICA

Av. da República, n.º34 – 8º andar 1050-193
Lisboa (Portugal)
www.fundacaorespublica.pt
@respublicafundacao



SOLIDAR

Avenue des Arts 50 1000
Bruxelas (Bélgica)
www.solidar.org
@Solidar_EU



JOHANNES
MIHKELSONI
KESKUS

JOHANNES MIHKELSON CENTRE

Riia 13-23,
Tartu (Estónia)
www.jmk.ee
@jmk1993



PROFORUM

Batkova 1 841 01
Bratislava (Eslovénia)
www.proforum.sk
@progresivneforum



Este resumo de política foi produzido com o apoio financeiro do Parlamento Europeu. Não representa a opinião do Parlamento Europeu.

AGRADECIMENTOS

A FEPS gostaria de agradecer a todos os especialistas, ativistas e decisores políticos que estiveram envolvidos na criação deste resumo de política, seja através de conversas, reuniões ou contribuições escritas.

Copyright © 2026 pela Foundation for European Progressive Studies, Fundação Friedrich Ebert Representação Em Portugal, Fundação Res Publica, Solidar, Johannes Mihkelson Centre, e Proforum
Editor de conteúdo: François Balate (FEPS)
Coordenadora do projeto: Vanessa Zwisele (FEPS)
Editor de idiomas: Rosalyne Cowie
Tradução: Language Buró/Valentina Farallo
Diagramação: Downtown
Imagem da capa: Shutterstock/GrAI

Citação sugerida: Andor, L. and R. Huguenot-Noël (2026). "A soberania europeia e a dimensão social - Reafirmar o modelo social-democrata da Europa em tempos conturbados". Resumo de política. Fundação dos Estudos Progressistas Europeus.

ISBN: 978-2-39076-076-4

Número de depósito KBR: D/2026/15396./27

ÍNDICE

1.Introdução – O desafio transatlântico	5
2.Rumo a um desacoplamento ao estilo dos EUA?	6
2.1 Emprego em ascensão	7
2.2 Indicadores sociais estagnados	8
3.Os pontos fortes do modelo social europeu.....	10
3.1 Apoio público à política social da UE.....	10
3.2 UE versus EUA – Desempenho comparativo dos modelos sociais.....	13
4. Gestão macroeconómica. Para além do modelo dos EUA.....	15
4.1 Da abordagem suave de Draghi para a abordagem ambiciosa de Draghi.....	15
4.2 Tornar-se um emissor soberado.....	16
4.3 Renascimento industrial para além do modelo dos EUA.....	18
5. Conduzir a economia com uma bússola social.....	19
5.1 O “Horizonte de Vida Melhor” da regulamentação europeia..	19
5.2 O poder estratégico da contratação pública	20
5.3 O valor democrático dos serviços públicos.....	22
6. Conclusão – Reafirmar o modelo social-democrata da Europa..	24
Leituras adicionais.....	27
Sobre os autores.....	32
Sobre a FEPS e os parceiros.....	33

1. Introdução – O desafio transatlântico

O neoliberalismo, que se tornou um paradigma dominante da economia política e da ordem internacional na década de 1990, gerou crises financeiras e desequilíbrios globais sem precedentes. Desde o regresso de Donald Trump à Casa Branca, os EUA afastaram-se decisivamente do internacionalismo liberal e desencadearam um regime de unilateralismo e nacionalismo económico.

Essa mudança na política dos EUA encorajou as forças de extrema-direita na Europa, que já tinham começado a obter vitórias eleitorais na última década. Desde Viktor Orbán, na Hungria, a Nigel Farage, no Reino Unido, passando por Giorgia Meloni, na Itália, e Jordan Bardella, na França, os líderes comprometeram-se a reduzir os espaços cívicos, cortar o financiamento de organizações não governamentais, reverter os direitos das mulheres e apoderar-se dos meios de comunicação, na esperança de obter força financeira dos EUA. Após a publicação da nova Estratégia de Segurança Nacional dos EUA em dezembro de 2025¹, aumentaram os riscos de que as forças políticas locais pudessem ser usadas para enfraquecer a agência externa e a coesão interna da União Europeia.

A resposta da liderança da UE ao desafio transatlântico foi apresentada na linguagem da “soberania europeia”, mas a sua operacionalização tem sido inconsistente. Nos domínios da defesa e da segurança, a Europa está a avançar de forma tangível para a “autonomia estratégica” e começou a organizar uma capacidade de defesa coletiva. Na frente económica e social, no entanto, a aliança dos conservadores e da extrema-direita adotou uma agenda de financeirização e desregulamentação inspirada nos EUA – apresentando o Estado social e a proteção ambiental como os culpados de todos os males económicos.

Em janeiro de 2026, os principais estudiosos – entre os quais Dominique Méda, Thomas Piketty, Katharina Pistor e Jonathan White – alertaram que “à medida que os impérios se apropriam de recursos e descartam o direito internacional, a UE deve construir um Novo Federalismo Social – ou tornar-

se-á um vassalo”². Este “policy brief” assume esse desafio: define o que esse projeto pode implicar e identifica prioridades concretas para a ação da UE.

Defender essa visão deve começar com uma definição mais abrangente da soberania europeia: uma que não articule apenas uma alternativa à lógica hobbesiana das relações globais, mas que também incorpore a sua ambição externa de resistir à subordinação, num compromisso renovado com os seus próprios fundamentos normativos. Especificamente, defendemos que uma agenda de soberania europeia credível deve ter uma dimensão social clara, reafirmando o papel do Estado-providência como estabilizador democrático nas economias pós-industriais.

Esta agenda baseia-se especificamente em três propostas:

- 1. A soberania europeia consiste fundamentalmente em definir e defender o próprio modelo da Europa**, ou seja, os seus valores, regras e fontes distintas de legitimidade política e coesão social. Tal implica a rutura com a imitação de modelos estrangeiros – seja a indústria exportadora de Pequim ou o predadorismo desregulatório de Washington – e reafirmando, em vez disso, o papel do modelo social-democrata como pilar de seu próprio modelo de crescimento.
- 2. Para ser forte no exterior, a Europa deve primeiro ser sólida internamente.** Isso requer a construção de resiliência macroeconómica e social como o alicerce da soberania, garantindo que a UE possa enfrentar crises – sejam elas choques económicos, pressões migratórias ou guerras de agressão – sem sacrificar os seus valores fundamentais ou depender de resgates externos. Numa época em que as crises parecem ser o “novo normal”, a soberania significa conceber instituições e políticas que protejam os cidadãos, preservem a solidariedade e evitem a fragmentação em qualquer situação.
- 3. A verdadeira soberania exige que a política democrática prevaleça sobre o poder de mercado.** Quando o capital se concentra nas

mãos de poucos, aumentam os riscos de os fluxos de informação, as decisões económicas e as prioridades de segurança sigam os interesses privados e restrinjam a escolha democrática. À medida que as preocupações com o oligopólio aumentam, a Europa deve orgulhar-se da sua tradição regulatória de priorizar os serviços públicos (dos cuidados de saúde à educação) acima do lucro privado, ao mesmo tempo que responde às exigências dos cidadãos por uma melhor utilização das suas próprias contribuições.

Não há muito tempo, as próprias instituições da UE traçaram um rumo progressivo que se baseava em metas concretas e soluções políticas para conciliar a ambição económica com o progresso social. Com o Pacto Ecológico Europeu, a UE tornou-se líder global em colocar a sua ambição climática como o motor do seu modelo de desenvolvimento. A orientação seguida pela UE após 2014 resultou no empenho dos líderes da UE com compromissos políticos de alto nível através do Pilar Europeu dos Direitos Sociais (PEDS) e do Plano de Ação do Porto.³

Cinco anos após a Cimeira do Porto (2021), a implementação incompleta dos seus próprios compromissos por parte da Europa deixou o seu contrato social fragilizado. Para corrigir o rumo, propomos um roteiro para o Porto 2.0, começando por uma análise detalhada de onde as metas do Porto estão aquém. Depois de expor as fragilidades do “modelo de competitividade ao estilo dos EUA” e o valor acrescentado da UE, delineamos cinco prioridades para uma nova agenda de orientação socioeconómica da UE:

1. **Promover o modelo social** como parte fundamental da luta da Europa pela autonomia estratégica;
2. **construir uma capacidade de crédito próprio da UE** para desbloquear o investimento e expandir o espaço fiscal para enfrentar as tensões geopolíticas e os imperativos climáticos e ajudar a estabilização social;

3. **reforçar a orientação económica e os direitos sociais**, utilizando as normas da contratação pública para promover um elevado nível de competitividade;
4. **revitalizar os serviços públicos para combater a privação social**, eliminando os constrangimentos da UE e adicionando recursos para a ação ao nível subnacional; e
5. **recolocar os objetivos e metas sociais** no centro da agenda de integração europeia e dos seus instrumentos de governação para garantir uma implementação eficaz.

2. Rumo a uma divergência ao estilo dos EUA?

Após o desastre da crise da zona do euro, a formulação de políticas económicas da UE tem sido conhecida por operar uma “mudança social” progressiva na última década. Destas iniciativas, a adoção do PEDS, em novembro de 2017, foi a mais simbólica, pois definiu um roteiro claro que estabelece 20 princípios para promover a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho, condições de trabalho justas e inclusão social. A Declaração do Porto, assinada em maio de 2021, provou ser outro momento decisivo, uma vez que os líderes da UE e os parceiros sociais se comprometeram com um “Plano de Ação” partilhado e mais concreto para a implantação do PEDS. Especificamente, o Plano de Ação estabeleceu novas metas sociais a serem cumpridas até 2030. Até essa data, 78% das pessoas com idades entre 20 e 64 anos devem estar empregadas, com pelo menos 60% dos adultos a participarem em formações todos os anos, e o número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social (ARPE) deve ser reduzido em pelo menos 15 milhões – incluindo pelo menos 5 milhões de crianças.

Antes da Cimeira Social do Porto, saudámos esta iniciativa, mas também alertámos contra a suposição generalizada de que o emprego *simplesmente* “prejudicaria” o bem-estar social.⁴ Agora que as metas do Porto têm quase cinco

anos, precisamos fazer um balanço do progresso alcançado desde então.

2.1 Emprego em ascensão

A melhoria quantitativa do nível de emprego na Europa é uma evolução bem-vinda. De acordo com as últimas estimativas do Eurostat, a UE está atualmente no bom caminho para atingir a sua principal meta de emprego para 2030. Em 2024, o número de pessoas empregadas entre 20 e 64 anos na UE atingiu 75,8% – um máximo histórico e um aumento notável desde 2017 (onde ficou em 70,9%). A educação de adultos também está a aumentar, com 47% dos adultos entre os 25 e os 64 anos a participarem na educação em 2022 (um aumento de 2,9 pontos percentuais (pp) desde 2016).

À primeira vista, o aumento das taxas de emprego é uma boa notícia: além da sua função social a nível individual, o aumento do emprego nas sociedades envelhecidas ajuda a estabilizar os rácios de dependência; alivia a escassez de mão-de-obra; e alarga a base tributária necessária para financiar pensões, cuidados de saúde e cuidados de longa duração. Mas os indicadores também podem esconder altas disparidades e equilíbrios complexos.⁵

Em primeiro lugar, o modelo do recente relançamento económico da UE não foi amplamente partilhado. Uma análise transnacional do desempenho do emprego mostra uma divergência crescente: embora alguns Estados-Membros já tenham cumprido as suas metas nacionais para 2030, outros – como França, Itália, Bélgica, Bulgária e Finlândia – precisariam de um crescimento anual do emprego mais rápido do que o alcançado antes da pandemia para se manterem no caminho certo.⁶ Quanto à educação e à requalificação, a ampliação das competências digitais básicas mostra, de facto, resultados persistentemente fracos em alguns países e uma crescente disparidade entre eles.⁷

Como parte das suas “metas secundárias”, a UE estabeleceu a meta de reduzir para metade a disparidade de género até 2030.⁸ A disparidade

diminuiu um pouco (-0,6 p.p. desde 2019), mas permaneceu tão alta quanto 10 p.p. em 2024. Em vários Estados-Membros, a disparidade também parece ter aumentado ligeiramente desde 2019, refletindo fatores estruturais familiares: a sobre-representação das mulheres no trabalho a tempo parcial e mal remunerado; a distribuição desigual de cuidados não remunerados; e desvantagens cumulativas que se prolongam até à reforma.⁹ A última meta do Porto relacionada com o emprego procurou reduzir a percentagem de jovens sem emprego, educação ou formação (NEET) de 12,5% em 2019 para 9% em 2030. Em 2024, 11,1% dos jovens ainda se encontravam nessa situação.

Mesmo com o aumento da procura de mão de obra, a questão da qualidade do emprego continua hoje a ser motivo de preocupação para muitos. Embora a Cimeira do Porto não tenha definido metas para os direitos laborais, a Declaração de *La Hulpe* – impulsionada pelas presidências espanhola e belga do Conselho em 2024 – procurou completar as metas do Porto, estabelecendo um foco mais forte em condições de trabalho adequadas, salários justos e o papel da negociação coletiva. No entanto, grandes desafios permanecem. Hoje, cerca de um em cada dez trabalhadores ainda vive na pobreza; a pobreza no trabalho é especialmente prevalente entre os agregados familiares com baixa intensidade de trabalho, pessoas com contratos a termo ou a tempo parcial, trabalhadores com qualificações formais limitadas, migrantes e famílias monoparentais;¹⁰ no setor privado, a gestão algorítmica e a generalização das práticas de subcontratação pioraram as condições de trabalho. Enquanto isso, os trabalhadores do setor público de saúde, cuidados e educação reportam cada vez mais a falta dos recursos necessários para prestar serviços críticos e enfrentam uma maior exposição a comportamentos hostis.¹¹ Este mundo do trabalho em transformação aumenta as expectativas sobre a Lei de Empregos de Qualidade (prevista para o final de 2026) no sentido de reforçar a proteção, a participação e o poder de decisão dos trabalhadores nesta transição.

2.2 Indicadores sociais estagnados

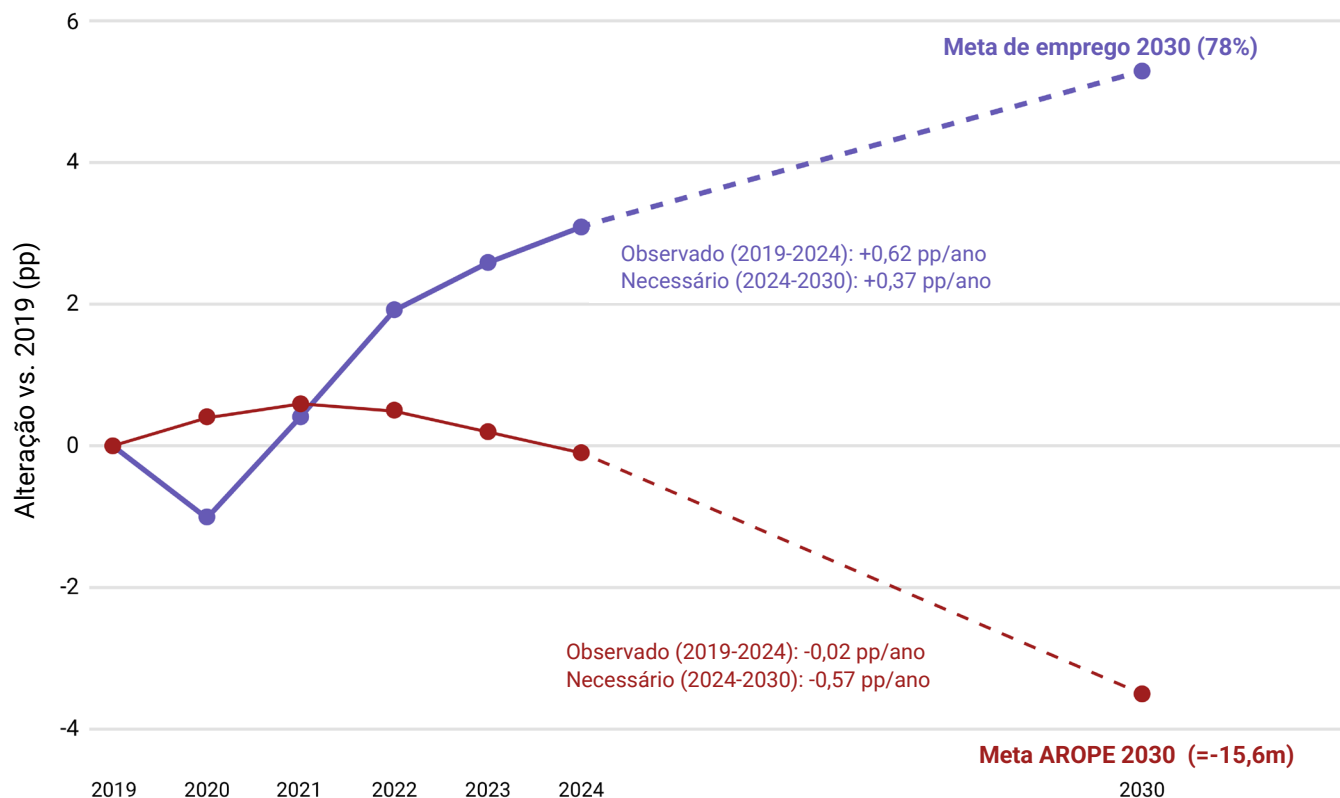
Em comparação com as metas de emprego, os progressos nas metas de inclusão social estão atrasados. No contexto da invasão da Ucrânia pela Rússia, em fevereiro de 2022, e da crise energética resultante, não foi garantido que os compromissos com a redução da pobreza seriam mantidos. Não obstante, os compromissos dos governos nacionais ultrapassaram as ambições do Plano de Ação e comprometeram-se a reduzir o número de pessoas “em risco de pobreza ou exclusão social” em pelo menos 15,6 milhões até 2030.¹² Destes, pelo menos 5 milhões de crianças devem ser retiradas da pobreza.

No entanto, os indicadores mais recentes destacam o risco de retrocesso nessas promessas. Em 2019 (ano de referência para o Plano de Ação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais), 92,235 milhões de pessoas estavam em risco de pobreza ou exclusão social – representando 21,1% da população da UE. Os dados de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social mostram que a UE ainda está longe de atingir a sua meta de redução da pobreza.¹³ As tendências da pobreza infantil são ainda mais

dramáticas. Em 2024, 19,524 milhões de crianças com idade inferior a 18 anos estavam em risco de pobreza ou exclusão social, totalizando 24,2% de todas as crianças. Surpreendentemente, isso revela um desempenho pior do que em 2019 (onde atingiu 23,7% ou 19,126 milhões de crianças).

A comparação destas tendências com o progresso alcançado na meta do emprego realça a dimensão do esforço que será necessário no combate à pobreza para evitar uma divergência (Figura 1). Entre 2019 e 2024, o emprego entre os 20-64 anos aumentou cerca de 0,6 p.p. por ano, um ritmo que – se mantido constante – permitiria à UE atingir a sua meta de emprego para 2030 (e até permitir alguma desaceleração para 0,4 p.p. por ano). Em contrapartida, a taxa de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social diminuiu apenas 0,02 p.p. por ano. Fechar a lacuna em relação à meta de redução da pobreza de 2030 exigiria, portanto, um declínio sustentado de cerca de 0,6 p.p. por ano até 2030, ou seja, uma aceleração no ritmo de redução de cerca de 28 vezes, em comparação com a tendência pré-2024.

Figura 1. Progresso em direção às metas do Plano de Ação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais para 2030.



Nota: as linhas apresentam variações desde 2019 em pontos percentuais (p.p.). Os segmentos tracejados mostram a distância restante até às metas de 2030. A *inclinação observada* reporta a variação média anual de cada indicador entre 2019 e 2024 (p.p. por ano). A *inclinação necessária* mostra a mudança média anual necessária a partir de 2024 para atingir as metas sociais da UE para 2030. Os valores são expressos em p.p. por ano.

O emprego – apesar de todos os seus méritos – não pode ser equiparado a tirar as pessoas da pobreza (para mais evidências, ver Kyriazi et al.¹⁴). A pobreza quase nunca é um fenómeno puramente monetário: está intimamente ligada às necessidades de saúde não atendidas, à incapacidade de manter as casas adequadamente aquecidas, aos atrasos nos arrendamentos ou hipotecas e à proteção social inadequada. Para as mulheres, muitas vezes é agravado pelos custos ocultos do cuidado não remunerado e pela insegurança de carreiras descontínuas. Juntas, essas pressões moldam as oportunidades de vida dos jovens e minam a

igualdade de oportunidades, levantando questões de justiça intergeracional e coesão social.

Muitos jovens europeus enfrentam hoje desafios consideráveis para cumprir as suas aspirações a uma vida digna. Em comparação com as gerações anteriores, o rendimento dos jovens estagnou, com empregos mal remunerados, risco de pobreza e disparidade entre gerações a aumentar em idades mais jovens.¹⁵ A habitação é um grande obstáculo: o aumento nos preços de compra e arrendamento, em particular, disparou nas últimas décadas (ver Kohl et al. para uma visão de longo prazo¹⁶). Este desenvolvimento levou a uma diminuição da

propriedade de casas em idades mais jovens e a preocupações de acessibilidade relatadas agora a serem três vezes mais altas do que há 20 anos.¹⁷ Essas tendências – particularmente visíveis em países afetados pela Grande Recessão (como Irlanda, Itália, Espanha e Grécia), mas também na Alemanha – carregam grandes riscos de desigualdades intergeracionais duradouras.

Multiplicam-se os estudos académicos sobre como o encerramento dos serviços públicos e a deterioração das condições de trabalho alimentam os votos dos partidos de extrema-direita.¹⁸ O aumento da direita radical em toda a UE é seguramente um fenómeno multidimensional. Mas não é difícil reconstruir os mecanismos pelos quais, numa União em que um quarto das crianças está em risco de pobreza, a deterioração das aspirações de justiça intergeracional alimenta o ressentimento político. Este “estado social da União Europeia” levanta assim a questão se a UE está disposta a avançar para uma dissociação semelhante das características de desempenho económico e social do “modelo” dos EUA.

Ao declarar que a Europa está à deriva e sem autoconfiança, a Estratégia de Segurança Nacional dos EUA de Trump pode ter atingido uma verdade dolorosa. Mas a resposta adequada às críticas de um suposto aliado não deve ser medo ou surpresa; deve ser diferenciação estratégica. Para evitar “deitar fora o bebé com a água do banho”, a Europa deve aprender com a força dos EUA (a sua federação), enquanto se protege do seu calcanhar de Aquiles: a coesão social.

3. Os pontos fortes do modelo social europeu

Os modelos de bem-estar na Europa são diversos, mas a integração económica da UE também gerou uma convergência dos sistemas de proteção social e das relações de trabalho. A própria UE – especialmente desde a Estratégia de Lisboa e da Estratégia Europa 2020 – começou a desempenhar um papel na orientação dos sistemas nacionais de proteção social para padrões comuns de prestação.¹⁹

Hoje, em vez de olhar para Washington D.C. ou Pequim, os líderes da UE devem reafirmar o modelo social-democrata europeu e sublinhar que fortes disposições de bem-estar são uma condição prévia para a vitalidade económica e a coesão política do continente.

3.1 Apoio público à política social da UE

Historicamente, o modelo social europeu demonstrou que o progresso económico e social pode andar de mãos dadas e que muitas vezes têm de funcionar em sintonia. A estabilização da procura macroeconómica precisa de uma provisão adequada de proteção no desemprego; sabemos disso por Keynes, mas também pela própria experiência dos europeus durante a pandemia de COVID-19 e – em detrimento – dos custos da sua ausência durante a crise da zona do euro. As finanças públicas saudáveis não serão alcançadas sem o aumento do apoio dos chamados “outsiders” do mercado de trabalho (de mulheres, a migrantes, passando por jovens e idosos). No entanto, para reduzir as incompatibilidades do mercado de trabalho e facilitar as transições de emprego, também são necessárias políticas eficazes de apoio ao mercado de trabalho – incluindo serviços públicos de emprego (com pessoal suficiente) e formação adequada. A produtividade de amanhã (um indicador muito mais relevante do que a “competitividade” por si só) assenta, em última análise, na qualidade dos cuidados à infância de hoje e do seu impacto duradouro no desenvolvimento cognitivo e na socialização.

A Europa também já se esforçou para *fazer* melhor. Após a Grande Recessão, foram reunidos grandes esforços intelectuais para desenvolver o conceito de uma “União Social Europeia” numa agenda concreta.²⁰ Durante a pandemia de COVID-19, as disposições de bem-estar foram consideradas parte integrante da gestão de crises da UE. Em março de 2020, o Conselho adotou o instrumento SURE, que ajudou a proteger os trabalhadores dos riscos de desemprego e perdas de rendimento. Algumas semanas depois, os Estados-Membros da UE concordaram com o NextGenerationEU (NGEU), um fundo resultante de empréstimos comuns para

apoiar investimentos em infraestruturas e serviços sociais em toda a União Europeia. Também foram adotadas iniciativas legislativas importantes da UE para promover salários mais justos e apoiar a negociação coletiva, garantindo um melhor equilíbrio entre a vida profissional e pessoal ou as condições de trabalho dos trabalhadores das plataformas.²¹ Em 2024, as presidências espanhola e belga do Conselho trabalharam arduamente para adotar a Declaração de *La Hulpe*, que reafirmou o PEDS como uma bússola orientadora, e para mapear sistematicamente os vários mecanismos pelos quais as políticas sociais aumentavam a produtividade.²² Até o próprio Mario Draghi sublinhou, através da apresentação do seu relatório, que o Estado-providência europeu era “fundamental para prestar serviços públicos fortes, proteção social, habitação, transportes e acolhimento de crianças” e rejeitou a velha ideia de impulsionar a competitividade suprimindo os salários.²³

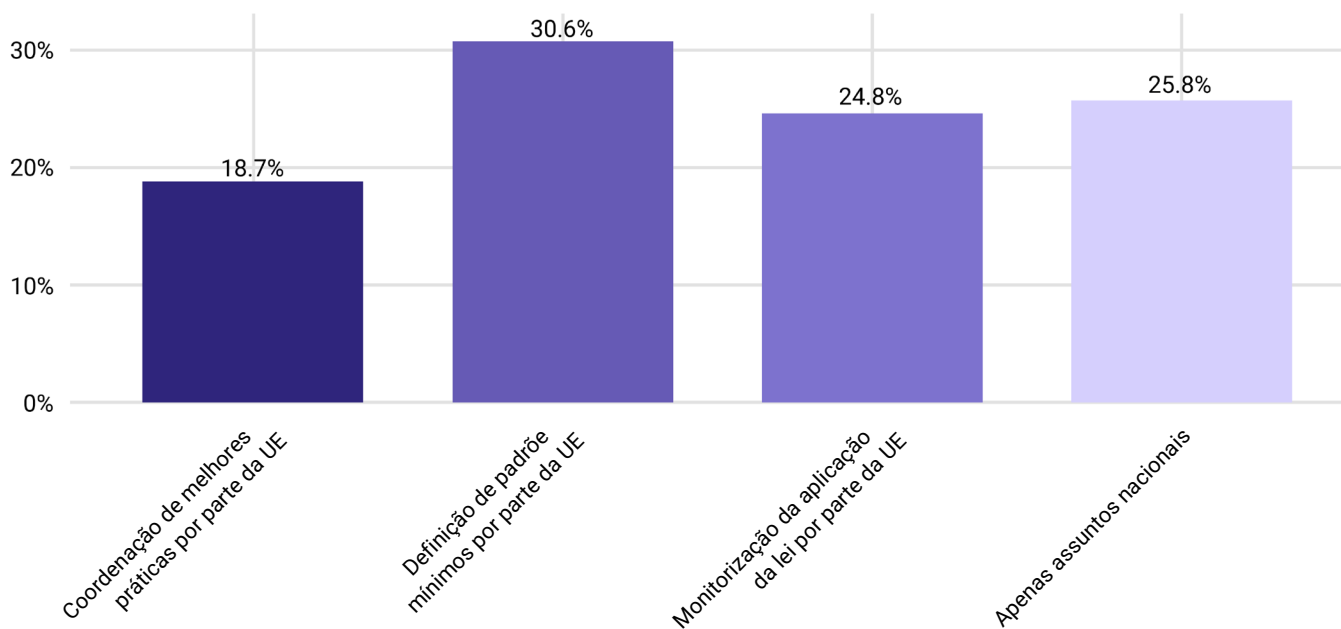
A abordagem sinérgica da Europa ao crescimento e ao bem-estar não estava apenas alinhada com o novo modelo de crescimento seguido pela UE desde que Jean-Claude Juncker proclamou a ambição da UE de seguir uma abordagem “social triple A”²⁴ e a subsequente adoção do Pilar Social.²⁵ Também trouxe ganhos tangíveis para a integração europeia – e uma dinâmica de apoio popular que incentivou mais ação coletiva nesta área: os Tratados da UE limitam o papel das instituições da UE em questões salariais e na mitigação da pobreza.²⁶ No entanto, a adoção da diretiva do salário mínimo alterou essa realidade: simbolicamente, mostrou que a UE poderia defender a re-regulação do mercado de trabalho, além da promoção do emprego. Na prática, foi usado pelos Estados-Membros em toda

a UE para melhorar concretamente a situação dos trabalhadores. Institucionalmente, o esclarecimento subsequente do Tribunal de Justiça da UE ajudou a esclarecer o que a UE poderia fazer para promover salários adequados e negociação coletiva,²⁷ legitimando os esforços de promoção salarial por motivos económicos e sociais de forma a permitir ações ainda mais ambiciosas.

É importante ressaltar que o seu impacto também foi político. Evidências recentes de pesquisas sugerem que a consciencialização sobre a Diretiva referente ao Salário Mínimo (como a do instrumento NextGenerationEU) contribuiu para aumentar o apoio à integração europeia, inclusive entre os eleitores tradicionalmente céticos em relação aos seus benefícios.²⁸ Além disso, quando questionados sobre o papel que a UE deve desempenhar na fixação de salários, os europeus apoiam esmagadoramente as instituições da UE a fazer mais – e não menos – para garantir que os seus direitos laborais sejam respeitados no seu país de origem. Os dados de um inquérito académico realizado em 2025 mostram que uma clara maioria dos cidadãos da UE é a favor de alguma forma de envolvimento da UE na melhoria dos salários (74,1%), em comparação com 25,8% que acreditam que a política salarial deve permanecer exclusivamente uma questão nacional. Entre as quatro opções de resposta (Figura 2), a preferência mais comum é que a UE estabeleça regras básicas, como padrões mínimos (30,6%), seguida de uma monitorização mais próxima da UE sobre como os governos garantem o cumprimento das regras laborais (24,8%). Por outro lado, menos inquiridos apoiam um papel mais limitado da UE focado apenas na coordenação do intercâmbio de melhores práticas entre os governos (18,7%).

Figura 2. Apoio público à ação da UE no domínio dos salários.

Que papel deveria ter a UE na melhoria de salários?



Nota: compilação própria com base nos dados recolhidos na Fase 2 do questionário ERC SOLID, realizado em março de 2025. A segunda fase do inquérito ERC SOLID baseia-se em mais de 20 000 inquiridos em 12 países da zona euro: Áustria, Bélgica, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Letônia, Países Baixos, Portugal e Espanha. O projeto ERC SOLID (número de concessão 810356), no qual os autores participaram, examinou a transformação da soberania, solidariedade e identidade da UE no contexto pós-crise de 2008.

Em suma, após a adoção de legislação ambiciosa relacionada com a regulamentação do trabalho em plataformas, salários mínimos e condições de trabalho transparentes, ou ao equilíbrio entre o trabalho e a vida pessoal dos trabalhadores, a UE teve uma oportunidade única de impulsionar a transposição desta agenda “no terreno”.²⁹ Essa agenda também poderia ter ajudado as instituições da UE a encontrar novos aliados nas forças de

negociação coletiva para reduzir as desigualdades e promover a democracia no trabalho diante dos usos intensivos da tecnologia. Em vez disso, o caminho de complacência seguido pela nova liderança aumenta o risco de que novas ondas de contenção do Estado-providência em toda a UE o coloquem num caminho de regressão social e depressão macroeconómica.

3.2 UE versus EUA – Desempenho comparativo dos modelos sociais

A crise transatlântica após o regresso de Donald Trump ao cargo de presidente reabriu um debate fundamental sobre os modelos sociais americano e europeu. Os resultados em matéria social são cada vez mais avaliados, não apenas como indicadores de sucesso económico nacional, mas também como componentes da credibilidade geopolítica, conforme refletido na recente ação diplomática entre os EUA e a UE sobre a Gronelândia. Nesta nova era de intensificação da concorrência global, a desigualdade, os direitos sociais e a capacidade de resposta às crises tornaram-se pontos de referência através dos quais os sistemas políticos sinalizam a sua capacidade de proporcionar estabilidade, coesão e legitimidade.³⁰

A comparação transatlântica é muitas vezes reduzida ao produto interno bruto (PIB) per capita, onde os EUA superam a UE. Mas o PIB não é um bom indicador para o bem-estar. Na maioria dos indicadores sociais, a Europa continua em primeiro lugar. As referências ao “modelo social europeu” ou à UE como uma “superpotência do estilo de vida” continuam baseadas em diferenças empíricas na distribuição de rendimento, expectativa de vida e proteção social. No entanto, também é verdade que a UE não supera os EUA em todos os aspetos. Divulgamos aqui um resumo das evidências disponíveis sobre indicadores dignos de comparação (Tabela 1).

A *desigualdade de rendimento* permanece substancialmente maior nos EUA do que na UE. Historicamente, os estados de bem-estar social europeus foram construídos sobre uma base fiscal mais ampla e sistemas mais fortes de negociação coletiva e representação sindical, apoiados pelo aparecimento de partidos social-democratas e cristãos democráticos de massa em países como Alemanha, Suécia, Áustria e Holanda durante o século XX. Por outro lado, a redistribuição nos EUA permaneceu mais limitada. Como sugerido por Alesina et al.,³¹ vários fatores desempenharam um papel central contra a redistribuição nos EUA: institucionalmente, o sistema bipartidário e a

supressão do movimento trabalhista até à década de 1930 impediram a ascensão de um forte partido socialista (enquanto os partidos social-democratas foram formados em toda a Europa); estruturalmente, as crenças na mobilidade social e na responsabilidade individual e as clivagens raciais persistentes, moldando as atitudes públicas em relação aos gastos com assistência social, tornaram essa mudança improvável.

As *regulamentações do mercado de trabalho e os salários* também servem de referência para a UE. Desde a era Reagan, o crescimento real dos salários nos EUA ocorreu apenas esporadicamente, refletindo o poder de negociação comparativamente fraco do trabalho organizado. A densidade sindical permanece nitidamente mais baixa do que na maioria dos países europeus, particularmente quando comparada com os estados nórdicos e partes da Europa continental. Na UE, as diferenças territoriais em termos de produtividade e rendimento continuam a ser acentuadas – entre, por exemplo, a Alemanha e a Roménia ou os Países Baixos e a Grécia – mas o quadro institucional para a negociação coletiva e a proteção dos trabalhadores continua a ser mais consistente entre os Estados-Membros do que entre as regiões dos EUA (por exemplo, norte versus sul). Essas diferenças institucionais traduzem-se em resultados sociais mensuráveis. A diferença salarial entre homens e mulheres é cerca de 5 p.p. maior nos EUA do que na UE (16% vs. 12%), e o risco de morte no local de trabalho é duas vezes maior nos EUA do que na UE – o que reflete, em parte, as diferenças na aplicação regulamentar e nos regimes de segurança no trabalho.

Nos indicadores de *igualdade de género*, pode ser observada uma tendência semelhante. A taxa de emprego feminino está próxima de 71% na UE,³² enquanto nos EUA é de apenas 57%.³³ Ainda assim, o panorama está longe de ser totalmente positivo. Na UE, um quarto das mulheres empregadas trabalha a tempo parcial e a taxa média de desemprego feminino tende a ser superior à masculina (especialmente em Espanha, Grécia e Itália). As diferenças culturais certamente importam. No entanto, a lacuna entre a UE e os EUA também reflete o quadro europeu mais extenso para a licença por maternidade e parental,

o acolhimento de crianças e a conciliação trabalho-família. Para começar, os EUA nunca promulgaram o direito à licença por maternidade remunerada. A licença por maternidade média é de 10 semanas

nos EUA (enquanto a média é de 23 semanas na UE), e a licença de paternidade média nos EUA é de 17 dias (em oposição aos 21 dias na UE).

Tabela 1. Comparação UE-EUA: principais indicadores sociais e fiscais.

Indicador	EU	EUA
Esperança de vida	81 anos	78 anos
Desigualdade de rendimento (Gini)	0,29	0,41
Licença por maternidade	Mínimo de 14 semanas de licença por maternidade protegida pelo emprego	Até 12 semanas de licença não remunerada e protegida pelo emprego (para trabalhadores elegíveis)
Estratégia de amortecimento	Estabilizadores automáticos nacionais, direitos sociais e serviços	Transferências monetárias
Capacidade fiscal federal	~1% do PIB	~23-24% do PIB

Fontes: World Bank World Development Indicator (WDI) para a esperança de vida (2023)³⁴; Eurostat ³⁵ e WDI para GINI (2023);³⁶ Family Database da OCDE para a licença por maternidade; Conselho da União Europeia e Congressional Budget Office (CBO) para a capacidade fiscal federal (2024)³⁷.

A comparação *dos padrões de vida* oferece um quadro ambivalente, o que pode não ser surpreendente, dada a dimensão subjetiva desse indicador. Os EUA, de facto, têm um PIB per capita mais alto do que a UE, tanto em termos nominais quanto em paridade de poder de compra. Enquanto a Europa fica atrás dos EUA em produção e peso geopolítico, destaca-se como líder global em termos de qualidade de vida.³⁸ Nos últimos 15 anos, a UE teve um crescimento do PIB mais fraco do que os EUA, mas os nossos padrões de vida têm convergido com os EUA, passando de 88% para 94% dos níveis dos EUA (2009-2023). O crescimento económico mais lento da Europa mascara o facto de que os padrões de vida da UE são quase iguais

aos dos EUA, graças a uma melhor expectativa de vida e igualdade de rendimento. Os cidadãos da UE vivem vidas mais longas, mais saudáveis e mais igualitárias, o que aumenta o bem-estar para além do que o PIB sugere. Consequentemente, a Europa continua a liderar em indicadores de qualidade de vida.

Ao concentrar-se na *segurança económica* – que vai desde a proteção contra o desemprego, a doença ou a pobreza (infantil) – é justo dizer que as famílias europeias tendem a ser mais bem protegidas quando ocorrem choques do que as dos EUA, onde a política pode facilmente radicalizar-se sob pressão.³⁹ O choque da COVID-19 destacou

diferentes pontos fortes e fracos na *capacidade de amortecimento* em ambos os lados do Atlântico.⁴⁰ No nível da UE, a resposta política priorizou a regeneração do investimento (incluindo o programa NextGenerationEU) e a preservação do emprego, tanto através de esquemas nacionais de retenção de empregos como de estabelecimento do instrumento SURE, um esquema de resseguro baseado nos esquemas de trabalho de curta duração pioneiros na Alemanha. Nos EUA, a estabilização assumiu a forma de um apoio ao rendimento sem precedentes, que impediu um aumento acentuado da pobreza, apesar de um declínio acentuado dos rendimentos do mercado. Ambas as abordagens mostraram-se eficazes no curto prazo, mas em nenhum dos casos esses instrumentos de emergência foram totalmente transformados em pilares permanentes de governação económica.

As lições da pandemia revelaram pontos cegos no nível federal nos EUA e na UE. Embora o Estado-providência dos EUA seja menos sofisticado do que a maioria dos modelos europeus, mantém uma vantagem institucional fundamental em relação ao nível da UE: a capacidade de implementar o *poder fiscal federal como um estabilizador sistémico*. A assimetria na capacidade fiscal é gritante: o orçamento anual da UE equivale a cerca de 1% do rendimento nacional bruto da UE (RNB; cerca de 1,06% em 2024), enquanto os gastos federais dos EUA rondam os 23% do PIB. As transferências efetivas entre os membros da federação são tidas como garantidas e todos sabem que o sistema não poderia funcionar de outra forma. O seguro de desemprego federal – enraizado na Lei de Seguridade Social de Franklin D. Roosevelt (1935) – é amplamente aceite como um componente central desse sistema multinível de governação económica.

Para a UE, a lição central não é replicar o modelo de proteção social norte-americano, mas desenvolver uma capacidade comparável de gestão de crises e mobilização de investimentos. Sem uma arquitetura fiscal mais forte e permanente a nível da UE, a capacidade da Europa de sustentar as suas ambições sociais – e de as projetar como um componente da soberania europeia – permanecerá estruturalmente limitada.

4. Gestão macroeconómica. Para além do modelo dos EUA

O debate geopolítico de hoje muitas vezes destaca o diferencial de crescimento de longo prazo entre a América do Norte e a Europa. A macroeconomia, no entanto, importa muito mais do que apenas para comparações estatísticas. O poder económico da UE desempenha um papel na concorrência estratégica global, mas também internamente, quando se trata de moldar o tecido social.

É aqui que a UE pode tirar algumas lições do governo dos EUA, especialmente no que diz respeito ao uso de ferramentas macroeconómicas a nível federal. Para responder às pressões atuais, a UE precisa, em primeiro lugar, de uma agenda macroeconómica que responda às suas crescentes necessidades de investimento, começando com a criação de uma capacidade permanente de empréstimo da UE. Para preservar a sua viabilidade política e identidade social, a agenda de emprego da UE deve também reforçar o seu arsenal de orientação socioeconómica, garantindo que os instrumentos de compras e despesas dos governos sejam utilizados de forma mais sistemática, em conformidade com os seus principais objetivos de desenvolvimento.

4.1 Da abordagem suave de Draghi para a abordagem ambiciosa de Draghi

Para a maioria dos decisores políticos económicos da UE, todos os ingredientes essenciais para o aspirante modelo de crescimento da Europa parecem estar contidos no relatório preparado pelo antigo primeiro-ministro italiano e presidente do BCE, Mario Draghi.⁴¹

O relatório de Mario Draghi não era sobre a competitividade em si, mas sobre a necessidade de uma política industrial a nível da UE. A sua avaliação foi clara: a guerra da Rússia na Ucrânia e a desaceleração económica da China tiveram graves consequências para a Europa, que foram agravadas pela reeleição de Trump. Entretanto, os desafios estruturais da digitalização e descarbonização implicam que a quota de investimento da UE terá

de aumentar em cerca de 5 p.p. do PIB, para níveis vistos pela última vez nas décadas de 1960 e 1970. Atualmente, os recursos orçamentais limitados a nível da UE e as regras orçamentais restringem em grande parte o investimento público a nível nacional. Sem um salto quântico, a UE não aguentará. Como solução, Draghi pediu para repetir (e consolidar) a prática de empréstimos comuns implementada durante a pandemia de COVID-19 e considerar quais novos recursos (da UE) poderiam ser encontrados para descarbonizar e digitalizar a economia da Europa. Além disso, o relatório identificou a financeirização, a inovação e a simplificação burocrática como áreas em que a UE deve fazer um melhor trabalho, enquanto faz promessas vazias ao Estado-providência.⁴²

No geral, o alerta de Draghi teve o mérito de levar os europeus a pensar em grande novamente sobre como resolver as principais deficiências do atual conjunto de ferramentas económicas e orçamentais da UE. De todas as suas prioridades, a nova “agenda de competitividade” da Comissão não captou a necessidade identificada de Draghi de aumentar o poder financeiro da UE para resolver as lacunas de investimento prementes. Em vez disso, optou por seguir Draghi no ângulo da desregulamentação, deixando de lado a vantagem comparativa do modelo social europeu, que ajuda a superar os EUA na maioria das estatísticas sociais.

A principal causa para esta inversão tem raízes partidárias. Não se baseou apenas na decisão política da nova Comissão, mas também na do Parlamento Europeu recentemente eleito de favorecer deliberadamente uma aliança com a extrema-direita em vez de a aliança de longo prazo com as forças progressistas. Atualmente, os efeitos dessas decisões já são visíveis nas mais recentes diretrizes políticas estratégicas de governação e coordenação da UE. Ao nível dos objetivos estratégicos, a Análise Anual do Crescimento (que se destina a definir a “visão” da UE que sublinha a coordenação económica no Semestre Europeu) foi posta de lado em 2026, em benefício de uma “Bússola da Competitividade”. No nível de governação, embora o Relatório Conjunto sobre o Emprego seja agora obrigado a avaliar o progresso

nos 20 princípios do PEDS, a dimensão social foi reduzida quase inteiramente a competências – marginalizando a pobreza, a saúde, o rendimento mínimo e os serviços essenciais – numa inversão clara da recente mudança recente para a abordagem holística característica do mandato anterior.⁴³

No geral, essa agenda “abordagem suave de Draghi” fica aquém de articular a “visão” de um futuro desejável que poderia envolver significativamente uma geração mais jovem e ansiosa. Mais perigoso ainda, esse discurso aumentou a pressão sobre muitos governos europeus (Bélgica, França, Finlândia, Alemanha etc.) para seguir esse mantra desregulatório, optando – novamente – pelo desmantelamento social além das expectativas. E ameaçando, assim, não só o próprio tecido social da Europa, mas também um alicerce fundamental da sua força económica.

4.2 Tornar-se um emissor soberano

A UE enfrenta um momento historicamente desafiador, marcado por agressões geopolíticas, vulnerabilidades estratégicas crescentes e crises climáticas e de biodiversidade aceleradas, juntamente com uma economia global cada vez mais multipolar, na qual a riqueza e a posição industrial da Europa são cada vez mais contestadas por potências em ascensão.

Enumerar 27 estratégias de mitigação de custos domésticos não será suficiente para salvar o que são – afinal – Estados-Membros cada vez menores em escala global. Em vez disso, os Estados europeus devem aprender a exercer a sua força económica e a concentrar-se na geração coletiva de recursos.

Enfrentar esses desafios exigirá, em particular, uma escala de investimento público que exceda bastante os níveis atuais. Um estudo recente da FEPS estima que, até 2030, a UE enfrenta um défice de investimento público de cerca de 1,5% do RNB a nível da UE, além de um défice de 2% a nível nacional entre os Estados-Membros.⁴⁴ Com o crescimento económico a permanecer fraco, as regras orçamentais existentes na UE tornam

cada vez mais difícil para os Estados-Membros colmatar estas lacunas. Atualmente, quase dois terços dos países da UE estão sujeitos a pressões significativas de consolidação fiscal. Sem uma grande mudança de direção, essas dinâmicas correm o risco de deprimir ainda mais a atividade económica e ampliar a diferença entre a UE e outras grandes economias (incluindo os EUA e a China), que continuam a procurar estratégias muito mais assertivas e pró-investimento como parte da sua política geo-económica.

A estratégia de financiamento de longo prazo da UE para o aumento das necessidades de investimento tem sido, até agora, modesta, a julgar pela sua última proposta do Quadro Financeiro Plurianual (QFP). A proposta de orçamento da UE apresentada pela Comissão em julho de 2025 é menos ambiciosa do que o orçamento atual em termos reais, se nos ajustarmos aos preços atuais.⁴⁵ Para compensar, a Comissão propôs vários grandes instrumentos extra-orçamentais baseados em empréstimos que dependem de subsídios implícitos às taxas de juros: Catalyst Europe (€ 115 mil milhões para apoiar planos nacionais de reforma e resiliência); um Mecanismo de Resposta a Situações de Crise (€ 350 mil milhões a serem ativados em tempos de crise); e o Instrumento de Ação para a Segurança da Europa (€ 50 mil milhões para financiamento da defesa). Além disso, a proposta orçamental da Comissão procura racionalizar os fundos existentes da UE no âmbito de um multifundo, com o objetivo de permitir uma melhor articulação entre empréstimos e subvenções e as prioridades da UE (conforme definido no âmbito do Semestre Europeu), proporcionando assim novos incentivos para que os Estados-Membros os sigam. Embora esta abordagem tenha alguns méritos, a dimensão do orçamento da UE proposto, os limites das atuais propostas para alavancar o investimento nacional adicional e a persistência das regras orçamentais continuam a representar uma restrição demasiado elevada para colmatar os atuais défices de investimento.

Analisando o atual aparelho orçamental da UE na sua totalidade, deve ficar claro para todos que as regras, os recursos e os instrumentos de

coordenação da UE precisam de uma reforma abrangente para colmatar as atuais lacunas de investimento. As atuais regras orçamentais da UE – limitando a dívida e o défice a, respetivamente, 3% e 60% do PIB – são e continuam a ser impróprias para as atuais necessidades de investimento. As reformas recentes que avaliam os orçamentos nacionais em relação a caminhos mais amplos de sustentabilidade foram um passo na direção certa. No entanto, a reintrodução de salvaguardas rigorosas de dívida mínima e redução do défice no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento continua a minar o objetivo de expandir o espaço orçamental nacional. Enquanto a Alemanha (que insistiu nessas salvaguardas) flexibilizou as suas próprias regras nacionais para financiar maiores gastos com defesa e infraestrutura, outros países da UE não têm alavancagem comparável.

Para reformar as regras orçamentais da UE, surgiu agora um amplo consenso na comunidade macro-económica sobre a necessidade de uma “regra de ouro aumentada”, segundo a qual todas as instituições da UE – em ligação com as negociações orçamentais europeias – concordariam com as prioridades futuras da União e fariam uma lista de áreas ou itens de despesa isentos do cálculo do défice para os anos subsequentes.⁴⁶ Se o acordo político parecer irrealista, um ponto de partida útil seria pelo menos isentar as contribuições do orçamento da UE e os investimentos nacionais alinhados com as prioridades europeias comuns, como as previstas no Regulamento Multifundos e no Fundo Europeu de Competitividade, por exemplo, do Instrumento de Ação para a Segurança da Europa (SAFE), de cláusulas de salvaguarda.⁴⁷

O investimento nacional por si só não será suficiente para responder à escala dos desafios atuais; isto significa que deve ser dada uma atenção crescente à revitalização do ativismo macro-económico da UE e à sua sustentação. “Made in Europa” não pode continuar a ser uma ferramenta retórica. Com base no exemplo do programa NextGenerationEU, devem ser mobilizados recursos adequados para promover a revitalização industrial do continente de forma a aproveitar as transições ecológica e digital e contribuir para a criação de empregos

de qualidade em todas as regiões.⁴⁸ Da mesma forma, as externalidades positivas da solidariedade da UE têm de ser reafirmadas. Atualmente, o Mecanismo de Resposta a Situações de Crise proposto pela Comissão forneceria empréstimos aos Estados-Membros em dificuldades financeiras com condicionalidades rigorosas (como no modelo social europeu).

Uma alternativa mais assertiva procuraria transformar a União Europeia (Monetária) num espaço de garantia para os Estados-providência, proporcionando segurança económica adicional e levando a um comportamento mais empreendedor em toda a UE, com benefícios para todos os Estados-Membros.⁴⁹ A atual Comissão Europeia não fez referências diretas a novos trabalhos sobre o assunto, mas o sucesso popular do instrumento SURE mostra que muito poderia ser ganho – inclusive em termos de género – com a sua ativação automática em caso de emergências.⁵⁰ Estudos recentes também mostram que um mecanismo de resseguro de desemprego da UE ativado por um aumento de 1% no desemprego poderia ter absorvido até 18% das perdas de rendimento historicamente incorridas pelos países da UE durante recessões profundas.⁵¹ Na sua revisão abrangente de possíveis esquemas de resseguro, Fischer et al. mostram como tal esquema poderia ser concretamente concebido para maximizar os benefícios macroeconómicos e sociais, inclusive tirando lições da ferramenta de seguro de desemprego dos EUA.⁵²

Em última análise, deve ficar claro para todos que os investimentos a nível da UE suportarão custos a curto prazo que acabarão por ter de ser financiados; no contexto atual, as barreiras remanescentes ao aumento da dívida europeia comum funcionam como um passivo oneroso para a ambição de desenvolvimento sustentável da UE. O financiamento de um nível mais elevado de investimento em toda a UE de uma forma politicamente sustentável requer o reforço da capacidade da UE para atuar como *emissor soberano*, capaz de angariar os seus próprios recursos para apoiar a emissão de obrigações da UE.⁵³ Atualmente, a capacidade de endividamento da UE é limitada pela regra de que os passivos pendentes devem corresponder amplamente ao

tamanho do orçamento da UE. O alargamento da capacidade de contração de empréstimos da União exigirá, portanto, a introdução de novas categorias de recursos próprios da UE. As opções incluem uma contribuição de solidariedade, como um imposto sobre o lucro inesperado das empresas de combustíveis fósseis para recuperar os ganhos excedentes da inflação dos preços da energia ou um Imposto sobre Transações Financeiras acordado no âmbito de uma cooperação reforçada e revivido por iniciativas franco-alemãs. Outras fontes de receita com um perfil de equidade mais forte incluiriam uma maior coordenação na tributação dos ganhos de capital (através de impostos sobre a riqueza ou sobretaxas sobre os rendimentos superiores) ou a introdução de impostos especiais de consumo sobre a recompra de ações corporativas.

4.3 Renascimento industrial para além do modelo dos EUA

A Europa perdeu quase 4 milhões de empregos no setor industrial entre 2000 e 2025. Recentemente, medidas de redução de empregos em indústrias estratégicas – que vão do setor automóvel à produção de aço – aumentaram as preocupações com a contínua erosão do emprego industrial na Europa.⁵⁴ Esses empregos eram muitas vezes empregos sindicalizados, com benefícios associados destinados a garantir o rendimento de uma família inteira. Não há como voltar a esse período, mas existem diferentes caminhos acerca da forma como uma economia pós-industrial pode ser moldada.

Para se afirmar na economia de serviços, o modelo dos EUA seguiu uma estratégia de competitividade, disponível para reduzir os salários dos trabalhadores e uma abordagem de produtividade que privilegia os ganhos do capital sobre os ganhos de trabalho. Prosperar através de plataformas digitais tem sido associado a grandes ganhos de capital para alguns gigantes da tecnologia, mas a natureza e o ritmo do desenvolvimento tecnológico (robotização, infocomunicação, platformização, inteligência artificial, etc.) também foram acompanhados pela deterioração das condições de trabalho, aumento

das desigualdades de rendimento e territoriais, e crescentes preocupações sobre o seu impacto na segurança económica. Esses fatores contribuíram para o colapso social que os EUA estão a experienciar atualmente.

É uma realidade incontornável que, para manter a relevância geopolítica e os padrões de vida, os países da UE precisarão de se adaptar às tendências económicas globais, avançar para uma “União de Poupança e Investimento” e avançar para a conclusão do mercado único europeu.⁵⁵ Mas a dependência da UE de disposições de proteção social fortes e eficazes deve ser vista como um trunfo comparativo nesta transição, um fator mediador que contribui para reduzir a polarização política e salvaguardar a estabilidade dos seus sistemas democráticos.

Para exercer um poder macroeconómico significativo, a UE precisa de mobilizar mais ativamente os instrumentos económicos e os quadros normativos a nível da UE. Isto aplica-se para a relação da UE com o mundo exterior. Numa nova era geoeconómica, os acordos comerciais de “terceira geração” podem ser concebidos como uma forma de construir novas alianças para promover objetivos partilhados em colaboração com aliados que pensam da mesma forma, do Canadá ao Brasil e à Índia e – obviamente – aos EUA, onde e quando os seus líderes rejeitam formas puras de capitalismo predatório. Neste domínio, a UE dispõe, de facto, de uma experiência considerável por ter desenvolvido não apenas a forma mais avançada de integração económica regional do mundo (com o mercado único), mas também um modelo que procura acomodar a diversidade regulatória e outras prioridades normativas dos seus membros.⁵⁶

5. Conduzir a economia com uma bússola social

O renascimento da política industrial e a remilitarização das economias europeias marcam um regresso a uma orientação económica na Europa. Se usadas estrategicamente, essas mudanças podem criar novas oportunidades para impulsionar

a economia com uma bússola social. Para tal, a UE e os seus Estados-Membros devem começar por defender o valor da sua tradição regulamentar.

5.1 O “Horizonte de Vida Melhor” da regulamentação europeia

Os EUA são um país construído em torno da resistência às restrições e há muito tempo tendem a ver a regulamentação como antagónica à sua prosperidade. O modelo de crescimento da Europa é distinto. Hoje, mais do que nunca, a Europa procura ir além do crescimento do PIB e da acumulação de capital, incorporando restrições planetárias e – quando se lembra das suas aspirações iluministas – abrindo espaço para a emancipação humana. Para muitos fora das suas fronteiras, a Europa representa moderação, equilíbrio e um modelo sustentável de desenvolvimento individual e coletivo. Foi esta perspetiva de uma vida melhor que historicamente tornou a Europa atrativa para os jovens em todo o mundo e que recentemente incentivou o regresso de alguns detentores do Prémio Nobel que estavam a residir nos EUA. O que muitas vezes é esquecido, no entanto, é que a capacidade da Europa de afirmar esse horizonte positivo, face à visão de jogo mais sombrio e de soma zero do governo Trump, está profundamente ligada a uma palavra cada vez mais rara: regulamentação.

A regulamentação pública proporciona um bem comum fundamental aos cidadãos europeus. A regulamentação de segurança alimentar e de produtos destina-se a preservar nada menos do que a nossa própria saúde. A regulação bancária e financeira é fundamental para evitar que as famílias caiam na armadilha da falta de habitação do capitalismo predatório. A regulação digital dos GAFAs (Google, Apple, Facebook, Amazon) é necessária para preservar os nossos direitos individuais e os princípios fundamentais das nossas democracias, a começar pela igualdade de representação. A regulamentação do trabalho é fundamental para respeitar a dignidade humana e evitar criar o tipo de reação enfrentada pela plataformização das condições de trabalho. A regulação ambiental, por fim, é existencial, pois

atua como condição para a sobrevivência da nossa espécie e do nosso ecossistema.

É necessário reafirmar a dimensão social da agenda de soberania europeia para garantir a qualidade de vida dos cidadãos contra os cinco males gigantes da carência, doença, ignorância, insalubridade e ociosidade, mas também contra a mercantilização excessiva atual e do futuro.⁵⁷ Além das suas funções protetoras, as disposições efetivas de proteção social contribuem para manter um contrato social de justiça intergeracional ao longo da vida,⁵⁸ vivificando a democracia no trabalho e tornando todos os “outros” visíveis e valorizados.⁵⁹

Os principais componentes de qualquer resposta eficaz de bem-estar são adaptação, investimento e regulamentação. Os países europeus demonstraram capacidade de modernização, mas, tanto a nível nacional como da UE, este ajustamento tem sido muitas vezes parcial e insuficientemente atento à qualidade do emprego e aos riscos de pobreza. A adaptação é essencial tanto para os trabalhadores como para as empresas; no entanto, deve ser complementada por quadros regulamentares robustos que orientem a mudança tecnológica e alinhem os investimentos inovadores com os objetivos sociais.

5.2 O poder estratégico da contratação pública

O poder de compra de um governo ocupa hoje um lugar central na economia da UE, mas pode ganhar ainda mais relevância com um uso mais estratégico dos contratos públicos. Atualmente, os contratos públicos representam 14% do PIB da UE e, em alguns Estados-Membros (como os Países Baixos), perto de 50% da despesa pública total. Até meados da década de 2010, tanto a UE como os seus Estados-Membros limitaram amplamente a sua própria capacidade de usar este instrumento estrategicamente, tratando as aquisições como uma ferramenta puramente operacional.⁶⁰ As Diretivas de Contratos Públicos de 2014 marcaram uma mudança normativa importante, abrindo explicitamente a porta para a procura de objetivos

mais amplos, incluindo sustentabilidade ambiental, inclusão social e inovação, além das considerações de preço. No entanto, na prática, a dependência do critério de adjudicação de preço mais baixo muitas vezes continua a ser a abordagem padrão a nível nacional, dando origem a resultados subótimos em qualidade, sustentabilidade, inovação e valor social.⁶¹

A revisão em curso das diretivas de 2014 destinava-se inicialmente a desbloquear esse potencial inexplorado. As discussões iniciais evocaram a possibilidade de tornar obrigatórios os critérios sociais, ambientais e de inovação. No entanto, em setembro de 2025, forças conservadoras no Parlamento Europeu alinharam-se com a extrema-direita para bloquear uma inclusão mais forte dos direitos dos trabalhadores e das proteções ambientais no relatório do Parlamento.

Este desenvolvimento reflete um padrão mais amplo visível na recente agenda de desregulamentação da UE prosseguida no âmbito do “pacote Omnibus”, principalmente entre os quais a diluição da Diretiva Dever de Diligência das Empresas em matéria de Sustentabilidade (DDDES). Ao estender a responsabilidade a todas as cadeias de abastecimento globais, a DDDES visava garantir que as empresas impedissem ativamente as violações dos direitos laborais, incluindo aquelas ligadas a práticas complexas de subcontratação. Sob pressão política sustentada dos interesses corporativos e do governo dos EUA,⁶² essa ambição foi substancialmente enfraquecida: o âmbito foi reduzido através de limites mais altos de funcionários, grandes partes do empresas e grupos de média dimensão foram excluídas e a aplicação foi suavizada através de regras de responsabilidade mais fracas e acesso reduzido à justiça. Como resultado, o recurso abusivo a práticas de subcontratação nos setores de telecomunicações ou construção, por exemplo, continua a prejudicar os padrões de saúde e segurança e a permitir que as violações laborais continuem.

Estas decisões vão contra a opinião da grande maioria dos europeus, que considera que as autoridades públicas devem continuar a utilizar

este instrumento para promover as boas condições de trabalho e a negociação coletiva nos contratos públicos.⁶³

A revisão das regras da UE em matéria de contratos públicos proporcionaria uma correção pragmática ao quadro enfraquecido de auditorias. Alavancar a escala do poder de compra pública permite que os governos imponham objetivos sociais *ex ante*, antes que as violações se transformem em disputas legais. Nos últimos meses, foi dada muita atenção ao valioso objetivo de usar cláusulas de aquisição para apoiar mais ativamente os produtos e serviços “made in Europe”, estabelecendo uma preferência europeia genuína em alguns setores estratégicos. No entanto, uma abordagem verdadeiramente estratégica deve ir além dos critérios de seleção e avaliar o cumprimento das metas estratégicas – isto é, de inovação, ecológicas ou sociais – em todas as compras públicas.

Para começar, a legislação da UE deve tornar o critério de proposta economicamente mais vantajosa (MEAT) a abordagem padrão nos contratos públicos. A confiança no critério do preço mais baixo como a única base para as decisões de adjudicação muitas vezes prejudica a qualidade do serviço, particularmente em setores de mão de obra intensiva, onde os custos com pessoal representam uma grande parte das despesas totais.⁶⁴ No setor de serviços sociais, por exemplo, os custos de mão de obra normalmente representam 60-70% das despesas operacionais, o que significa que a redução de custos frequentemente se traduz em condições de trabalho mais precárias e diminuição da qualidade do serviço. Escândalos recentes em serviços de assistência a crianças e idosos (onde foram feitas poupanças corporativas no tempo de trabalho dos funcionários e nas porções de alimentos) em países como a França e Roménia ilustram claramente esses riscos. A nível da UE, a Comissão já aplica uma ponderação que dá prioridade à qualidade em detrimento do preço (normalmente 30% de custo e 70% de qualidade), tendo em conta os custos do ciclo de vida, bem como os benefícios sociais e ambientais. Esta abordagem pode ser generalizada em toda a UE

de forma a refletir também as suas externalidades sociais positivas.

As cláusulas horizontais que visam a inovação, os objetivos ambientais e sociais ao longo do processo de aquisição também se beneficiariam de seguir uma abordagem mais sistemática. Hoje, a insegurança jurídica e os riscos de litígio muitas vezes levam as autoridades adjudicantes a adotar uma abordagem cautelosa, limitando o uso de tais cláusulas. As reformas regulatórias e de governação podem ajudar a resolver esse problema. Os contratantes devem ser responsabilizados pelo desempenho das subcontratados mais abaixo na cadeia de abastecimento. Entretanto, a Comissão e os Estados-Membros devem apoiar mais ativamente as autoridades adjudicantes, fornecendo documentos modelo juridicamente sólidos para contrato público socialmente responsável (CPSR) e emitindo orientações mais detalhadas sobre a utilização de CPSR, incluindo exemplos concretos de boas práticas. Embora as condicionalidades dos contratos públicos sejam, em princípio, compatíveis com uma ampla gama de objetivos sociais,⁶⁵ exigir o cumprimento de acordos coletivos dentro dos critérios de seleção constituiria um simples requisito básico para manter o respeito desses objetivos em todas as atividades comerciais das empresas.

A introdução da condicionalidade social na atribuição de financiamento da Política Agrícola Comum demonstrou que é viável vincular os gastos públicos aos padrões de qualidade.⁶⁶ Com base nessas práticas, a sistematização de um uso mais direto de práticas de aquisição socialmente responsáveis na Política de Coesão ajudaria as autoridades subnacionais a promover o “acervo social” da UE. Numa era em que as dinâmicas globais e locais estão cada vez mais ligadas, a organização concreta dessas dinâmicas multidimensionais de governação merece mais atenção.

5.3 O valor democrático dos serviços públicos

O mercado único pode ser um forte motor de crescimento e prosperidade, mas também pode aprofundar a desigualdade e a pobreza quando alimenta uma espiral descendente em termos de padrões sociais. A lógica de integração económica da UE (“menos empresas, maiores e mais eficientes”) inclinou a balança a favor das liberdades económicas em detrimento dos direitos sociais. E deve-se reconhecer que os efeitos combinados das regras fiscais da UE, dos auxílios estatais e da política de concorrência e, indiretamente, da regulamentação financeira, continuam a tornar o financiamento de serviços públicos essenciais um desafio para as autoridades públicas, especialmente nas regiões menos abastadas.

Estes constrangimentos tiveram consequências políticas, contribuindo para a dimensão económica da reação contra a integração europeia. Também deixaram cicatrizes sociais duradouras.⁶⁷ O uso extensivo de contratos públicos no setor da economia social, as pressões de privatização e as reformas orientadas para o mercado expuseram os serviços de acolhimento de crianças, assistência a idosos, habitação social, transporte local e até partes dos cuidados de saúde primários a estratégias de redução de custos e ao comportamento agressivo de empresas predatórias.⁶⁸ Esta tendência traduziu-se em taxas de utilização mais elevadas, deterioração da qualidade do serviço, escassez de mão de obra e crescentes desigualdades territoriais – precisamente nos setores que são centrais para a coesão social na UE.⁶⁹

Em resposta a estas realidades, a nova liderança da UE procurou recentemente duplicar a racionalização do financiamento da UE e a centralização da sua governação. No final de 2025, a proposta de orçamento apresentada pela Comissão Europeia propunha uma reestruturação da sua estratégia financeira plurianual, marcada principalmente por uma renacionalização das práticas existentes. Os *Planos de Parceria Nacional e Regional* (PNRP) propostos incorporam melhor este movimento: nesta abordagem, a Comissão Europeia propõe

que os planos nacionais sejam negociados a nível dos Estados-Membros; 14% da dotação para os PNRP ou cerca de € 100 mil milhões seriam, por sua vez, dedicados aos objetivos sociais da UE; finalmente, os PNRP são concebidos para seguir principalmente a lógica transaccional de “financiamento para reforma” prosseguida no Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), com os fundos nacionais mais fortemente ligados aos objetivos a nível da UE, embora condicionados ao cumprimento nacional das regras orçamentais da UE. Em contrapartida, a Política de Coesão e o FSE+, que atualmente representam os pilares da agenda de desenvolvimento socioeconómico da UE, já não são considerados fundos autónomos, facilitando a sua utilização para servir outros objetivos da UE. Por último, embora as regras do FSE+ para o atual orçamento da UE exigissem que os Estados-Membros reservassem quotas mínimas para as prioridades sociais (pelo menos 25% para a inclusão social, 3% para os mais carenciados e, em alguns casos, 5% para combater a pobreza infantil), a proposta da Comissão para o QFP 2028-2034 passaria para uma meta mínima mais ampla de 14% de despesas para os objetivos sociais.

Centralizar o conjunto de ferramentas da UE para “erradicar a pobreza” até 2050 (como afirmou a Presidente von der Leyen em setembro de 2025) pode ser bem-intencionado. No entanto, a redução da pobreza na UE é uma realidade fortemente localizada, que requer uma abordagem contextual mais forte do que os acordos contratuais permitem. Hoje, os desafios de inclusão social provocados pela integração económica da UE estão intimamente ligados à concentração *territorial* das desigualdades económicas e sociais. Desde 2025, 120 milhões de cidadãos da UE vivem em “regiões menos desenvolvidas”; 60 milhões destes também vivem em regiões com um PIB per capita inferior ao de 2000, enquanto cerca de 75 milhões de pessoas vêm de regiões com crescimento quase nulo.⁷⁰ Numa série de publicações académicas e relatórios de políticas, o professor da LSE Andrés Rodríguez-Pose (2017)⁷¹ evidenciou como essa “geografia do descontentamento” contribuiu para o recente aumento dos votos de extrema-direita.⁷² Os relatórios do Grupo de Alto Nível sobre o Futuro da

Política de Coesão mostraram ainda que, embora os novos instrumentos da UE tenham expandido o papel da União na governação social e económica, muitas vezes o fizeram através de prioridades definidas centralmente e padrões de referência uniformes, deixando uma margem limitada para a adaptação territorial.⁷³

A coesão económica, social e territorial é vista como um objetivo nos Tratados da UE, mas é possível fazer mais para garantir que os instrumentos específicos estejam alinhados. Uma abordagem alternativa para combater a privação social concentrar-se-ia em estabelecer menos restrições e fornecer um apoio mais forte para ajudar as autoridades subnacionais a obter resultados no terreno, garantindo ao mesmo tempo uma monitorização eficaz desses desenvolvimentos por parte da UE.

Até agora, os chefes de estado e de governo da UE têm estado relutantes em dotar as instituições da UE das capacidades e recursos necessários para atingir as metas de redução de pobreza acordadas no Porto. Como resultado, a agenda de política social da segunda Comissão von der Leyen é muito menos ambiciosa do que a primeira.⁷⁴ É certo que foram dados passos simbólicos importantes para colocar a ação da UE sobre a crise da habitação na Europa numa base mais firme, nomeadamente através da nomeação de um comissário dedicado à habitação e da publicação de um Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis em dezembro de 2025. No entanto, a falta de ênfase nos jovens e nos cidadãos mais velhos, exigindo investimentos em creches, moradias estudantis, residências assistidas, moradias adaptadas e assistidas ou cuidados intergeracionais, continua gritante. A ação da UE em matéria de cuidados infantis e de longa duração aponta para uma tendência semelhante: embora a UE tenha demonstrado um forte poder de definição da agenda, a Garantia Europeia para a Infância exigiria cerca de € 20 mil milhões para ser efetivamente implementada;⁷⁵ entretanto, o direito a cuidados de longa duração de qualidade ainda aguarda uma Garantia Europeia de Cuidados dedicada. As dececionantes tendências de pobreza destacadas acima também refletem as fraquezas das estratégias europeias no combate à pobreza. A

incapacidade dos governos da UE de chegar a acordo sobre uma diretiva para apoiar os regimes nacionais de rendimento mínimo que estabeleçam parâmetros específicos e comuns para os Estados-Membros é um exemplo.⁷⁶ Abordar essas deficiências exigirá um compromisso mais forte com o apoio aos serviços públicos na próxima Estratégia da UE de Combate à Pobreza (esperada para maio de 2026), juntamente com um fortalecimento da Garantia à Criança.

A boa notícia é que existem instrumentos da UE que, se forem melhor mobilizados, poderão criar condições para apoiar uma melhor consecução dos objetivos da UE. Em outro relatório que agitou os debates em Bruxelas após a nomeação da Comissão, o antigo primeiro-ministro italiano Enrico Letta argumentou que a UE deveria desenvolver uma “liberdade de permanência” como uma quinta liberdade fundamental do mercado único.⁷⁷ A maioria dos europeus não se desloca além-fronteiras. Para eles, a ação da UE deve começar em casa: facilitando o investimento e fortalecendo os serviços públicos onde as necessidades sociais não atendidas são mais agudas.

Para começar, a revisão do regulamento de *minimis* e do quadro que rege os Serviços de Interesse Económico Geral (conhecidos como SIEG) daria às autoridades locais e regionais maior flexibilidade para garantir o acesso a serviços de interesse geral e económico, sem ser indevidamente restringido pelas regras de auxílios estatais. Indo além, uma agenda positiva consideraria como os planos nacionais e regionais podem destinar a preservação e o fortalecimento dos serviços públicos em diferentes níveis de governação, garantindo uma entrega mais territorial aos planos adotados no contexto do MRR.

Como seu principal instrumento de desenvolvimento económico, a UE conta com a Política de Coesão, uma política inicialmente concebida para compensar os territórios afetados negativamente pelo impacto da integração económica europeia. Ao longo do tempo, a Política de Coesão tem sido cada vez mais utilizada como o principal instrumento de investimento da UE para alcançar uma variedade de objetivos ligados

aos seus objetivos de desenvolvimento mais amplos.⁷⁸ Historicamente, a Política de Coesão também demonstrou um forte compromisso com o princípio da “gestão partilhada”, segundo o qual a UE e as regiões devem implementar as prioridades políticas de forma concertada.

Debates recentes destacaram o desempenho desigual da Política de Coesão na abordagem das desigualdades económicas e na adaptação eficaz das práticas passadas às mudanças no contexto socioeconómico.⁷⁹ No entanto, é difícil conceber como a sua substituição por um instrumento mais centralizado apoiaria a contribuição da UE para as desigualdades territoriais. Tendo em conta os seus objetivos, a lógica da gestão partilhada e a visibilidade no terreno, o desafio central reside, assim, mais na forma de reformar a Política de Coesão.

As contribuições para o debate sobre o futuro da Política de Coesão sugeriram possíveis caminhos a seguir. Uma abordagem envolveria esclarecer como os programas da Política de Coesão podem estar mais estreitamente interligados com o arsenal regulatório social desenvolvido pela UE nos últimos anos. O próximo QFP poderá beneficiar de mecanismos que permitam uma melhor deteção e avaliação dos desequilíbrios sociais e de novos mecanismos para monitorizar os progressos nos objetivos sociais da UE a níveis desagregados de governação.⁸⁰ As iniciativas de investimento social realizadas a nível subnacional poderiam adotar um modelo de execução mais diferenciado na Política de Coesão, permitindo mais experimentação ascendente, onde a capacidade de coordenação é forte, e abordagens mais estreitamente coordenadas (e recursos adicionais de capacitação), onde a capacidade é mais fraca.⁸¹ Para promover a convergência económica e social ascendente, a UE poderia finalmente ser apoiada pela adoção de marcos e metas *territorializados* ou pela ligação de limiares de afetação nos fundos (sociais) da UE para alcançar resultados sociais em territórios específicos.⁸² Nesta abordagem, os “resultados sociais” seriam definidos em termos territoriais, usando um conjunto limitado de resultados comparáveis mensuráveis no nível

NUTS2/3 (por exemplo, em termos de cobertura de acolhimento de crianças, abandono escolar precoce, acesso a cuidados primários e tempos de espera, disponibilidade de habitação social ou desemprego de longa duração).

6. Conclusão - Reafirmar o modelo social-democrata da Europa

Os desenvolvimentos geopolíticos estão a empurrar a UE para uma agenda mais explícita para a soberania europeia. No entanto, seria uma visão limitada traduzir esse impulso apenas em iniciativas de defesa e segurança. Se quiser ser politicamente significativa, a soberania europeia também deve basear-se na capacidade de sustentar um modelo distinto de desenvolvimento sustentável – tanto internamente como no seu envolvimento com o mundo em geral.

A reação ao desafio transatlântico deve ser a reafirmação do modelo social-democrata da Europa. Neste resumo de política, propusemos fornecer à agenda de soberania europeia a sua dimensão social ausente. Com o relatório Draghi, a UE começou a redesenhar o seu modelo de crescimento, mas com uma abordagem leve, que não é suficiente nas circunstâncias da nova – e possivelmente duradoura – rutura transatlântica. As propostas de Draghi ofereceram um novo caminho possível para os decisores políticos da UE, incluindo uma capacidade fiscal a nível da UE que poderia apoiar objetivos comuns de inovação e investimento e fornecer estabilização anticíclica. Mas a sua aceitação pela nova liderança política da UE foi reduzida a uma “agenda de competitividade” que até agora não conseguiu articular como o modelo social europeu poderia ajudar a garantir que as transformações industriais também contribuam para as melhorias sociais e a inclusão económica.

A história adverte que o crescimento construído sobre o confronto social e a acumulação irrestrita de capital acarreta altos custos políticos. As eleições de Trump e a estratégia Brexit dos ultraconservadores britânicos são dois exemplos. O ressurgimento de práticas autoritárias na esfera transatlântica mostra

ainda que a própria democracia e o respeito às nossas liberdades políticas são muitas vezes os próximos na fila. O fascismo, nesta visão do mundo, não é mais visto como uma mera curiosidade das décadas de 1920 e 1930, mas como uma estratégia política que pode ser reativada em diversos períodos e regiões, sempre que uma crise capitalista se intensificar.

Neste contexto, o Plano Nacional de Segurança dos EUA coloca um desafio existencial à UE, ao seu modelo de integração económica, ao seu legado de segurança social e à forma como organiza o intercâmbio político. Desenvolvimentos recentes mostraram que, embora os partidos de direita radical muitas vezes se mobilizem em torno de promessas de conter a imigração, o seu histórico no cargo está centrado principalmente em esforços sistémicos para dismantelar as proteções laborais e enfraquecer os Estados-providência. Mas o principal risco que a Europa enfrenta sob essa aliança MAGA-MEGA é o da “anglicização” – um cenário de subordinação para além das dependências existentes. Semelhante ao Reino Unido na década de 1980, os líderes nacionais e da UE que demonstram prontidão para apaziguar Donald Trump estão, de facto, a mover a UE em direção a uma posição periférica e não autónoma. Ajudar os EUA nos seus esforços de redução do défice através da compra de armas e da diluição das políticas da UE para promover a desregulamentação e a financeirização pode servir uma agenda MAGA e os interesses das suas redes Big Tech. No entanto, deve ficar claro que isso ocorre à custa da soberania europeia e das ambições estratégicas de autonomia, esvaziando a economia real e os modelos sociais da UE.

Essa agenda deve, por um lado, confrontar os europeus mais conservadores e liberais, perguntando se estão realmente prontos para enfrentar as consequências políticas da dissociação socioeconómica, desde as restrições das suas próprias liberdades políticas até à perspetiva cada vez menor de sustentar os passos de integração coletiva necessários para navegar nesse ambiente geopolítico cada vez mais hostil. Os progressistas, por outro lado, não devem resignar-se a deixar a UE jogar à defesa ou imitar; em vez disso, é necessária

uma nova agenda para jogar no ataque e reafirmar o modelo social-democrata da Europa. Até recentemente, a UE ainda parecia estar a avançar numa direção mais progressista, com base nas inovações políticas dos anos pós- crise e pandemia para combinar a ambição económica com o avanço social.

O modelo social-democrata da Europa já foi incorporado nos Pilares Sociais e no Plano de Ação do Porto. À medida que esta orientação foi posta em causa pela nova Comissão von der Leyen, os progressistas justamente procuraram preservar esse acervo defendendo a “consolidação” necessária dessa agenda. Atualmente, a ascensão de uma aliança conservadora de extrema-direita no Parlamento Europeu e o abandono pela Comissão de uma “nova Declaração Social do Porto” sinalizam que é necessário um novo movimento.

Estabelecer metas às vezes é considerado uma ferramenta politicamente controversa, pois projeta ambições difíceis de igualar. Mas as metas europeias, em particular, também têm funções altamente úteis: ajudam a estabelecer uma linguagem comum (como no caso da meta sobre as pessoas em risco de pobreza ou exclusão social, que foi inicialmente contestada por muitos); forçam a articulação de ambições partilhadas; e, talvez o mais importante, fornecem meios altamente práticos para medir o progresso em direção a compromissos políticos assumidos em questões tão essenciais como a forma de melhorar os padrões de qualidade de vida e melhorar a coesão social.

Atualmente, cumprir os objetivos de longo prazo delineados no Porto só pode ter sucesso se o caminho da política económica também for corrigido. Este programa requer aprofundamento (incluindo através de um orçamento comum muito maior e partilha de riscos), permitindo alguma forma adicional de alargamento e cooperação mutuamente benéfica com a nossa vizinhança alargada, combinando desenvolvimento e estabilidade. Além disso, cumprir os compromissos de longo prazo articulados no Porto exigirá que os objetivos e indicadores sociais sejam trazidos de volta ao centro da coordenação estratégica, atuando

como uma bússola para a formulação de políticas macroeconómicas,⁸⁵ mas também, e acima de tudo, uma visão clara de como uma Europa Social pode contribuir efetivamente para esses objetivos.⁸⁶

A Europa tem muitos dos ativos que o mundo procura cada vez mais. Continua a ser uma grande potência industrial e regulatória, ancorada numa das populações mais altamente qualificadas e habilitadas do mundo. As suas economias sociais de mercado fornecem uma base sólida para investimentos de longo prazo. Juntamente com a capacidade orçamental coletiva e o alcance regulamentar da UE, estes recursos combinados devem dar à Europa os meios para agir de forma a alinhar a força económica com a coesão social e a legitimidade democrática.

No entanto, também é verdade que, numa era marcada por incertezas e pressões, a soberania hoje não pode mais depender apenas de regras globais. Em vez disso, a resposta da Europa deve ser guiada por uma resiliência partilhada, definida como a prontidão para adaptar constantemente a sua arquitetura institucional de forma a ter o devido cuidado com os legados históricos. Como um líder aliado observou recentemente, essa forma de gestão de riscos pode acarretar custos mais altos do que a eficiência sozinha. Mas esses custos podem ser agrupados – reduzindo a alavancagem que permite a coerção. Em última análise, os investimentos nacionais na resiliência coletiva da Europa são uma alternativa mais eficaz e justa à construção de um continente de fortalezas isoladas.

A resposta à liberalização desenfreada assenta, em última análise, da força do contrato social que as sociedades europeias construíram ao longo de gerações. Ao colocar a coesão social no centro da sua agenda de soberania europeia, a União Europeia ajudaria a mostrar aos cidadãos europeus que esta agenda visa tanto proteger a UE das turbulências externas como reforçar da sua própria capacidade de responder às preocupações quotidianas.

LEITURAS ADICIONAIS

Andor, L. “The lights of Porto: The EU social season and its aftermath”. IMK Study No. 75. Hans Böckler Stiftung.

Andor, L. and F. Balate (2025) “Under pressure and inspiration: Reshaping public services and welfare states in Europe”, in P. Diamond and A. Skrzypek (eds) *The Great Unravelling* (Brussels: FEPS).

Crespy, A. (2022) *The European Social Question: Tackling Key Controversies* (Newcastle upon Tyne: Agenda Publishing)

“Employment and social developments in Europe: Upward convergence in the EU and the role of social investment”. Revisão anual. Comissão Europeia, 2024.

Giddens, A., P. Diamond and R. Liddle (eds) (2006) *Global Europe, Social Europe* (Cambridge: Polity Press).

Hacker, B. (2023) *Social Europe: From Vision to Vigour: The Need to Balance Economic and Social Integration* (Brussels: FEPS)

Schwab, T. (2024) “Quo vadis, cohesion policy? European regional development at a crossroads”. Bertelsmann Stiftung.

NOTAS FINAIS

- 1 Executive Office of the President of the United States. (2025). "National security strategy of the United States of America". The White House.
- 2 Balibar, É., J. Lacroix, D. Méda et al. (2026) "Why Europe needs a new social federalism". Social Europe, 29 January.
- 3 Andor, L. (2022) "The lights of Porto: The EU social season and its aftermath". IMK Study No. 75. Hans Böckler Stiftung.
- 4 Andor, L. and R. Huguenot-Noël (2021) "The Janus' face of Europe's new social rulebook". *VoxEU*, 5 May.
- 5 Andor, L. and F. Balate (2025) "Under pressure and inspiration: Reshaping public services and welfare states in Europe", in P. Diamond and A. Skrzypek (eds) *The Great Unravelling* (Brussels: FEPS).
- 6 "2024 EU budget: Main areas". Council of the European Union, 4 February 2025.
- 7 Fischer, G. (2025) "Social Europe: Recent developments", in V. Astrov, G. Fischer and G. W. Kolodko (eds) *wiiv Monthly Report No. 9/2025* (The Vienna Institute for International Economic Studies), September, p. 22.
- 8 Isso foi com referência a 2019, onde ficou em 11,7%. Este objetivo foi relativamente ambicioso desde o início, dado que este indicador apenas diminuiu ligeiramente ao longo da última década (-1,9 p.p. entre 2001 e 2021), ver "Women's situation in the labour market". Comissão Europeia
- 9 Fabris, B. L., B. Vanhercke and W. Zwysen (2026) "Social protection in the shadow of deregulation: tackling (in-work) poverty and the high cost of living". *Benchmarking Working Europe 2026*, European Trade Union Institute (ETUI).
- 10 Ibid.
- 11 "European Working Conditions Survey 2024: First findings". Publications Office of the European Union. Eurofound, 2025.
- 12 Mais conhecido pela sua sigla AROPE, este indicador captura o número de pessoas que vivem em domicílios com pelo menos um dos três riscos de pobreza e exclusão social: risco de pobreza, privação material e social grave e/ou que vivem num domicílio com intensidade de trabalho muito baixa.
- 13 A meta do indicador AROPE é mostrada como um ponto percentual de referência implícito derivado do compromisso da UE de reduzir o número de pessoas em situação AROPE em pelo menos 15,6 milhões até 2030, usando a população da UE de 2019 como linha de base. Em 2024, o número absoluto de pessoas em risco de pobreza situava-se em 93,252 milhões ou 21% da população da UE.
- 14 Kyriazi, A., J. Miró and M. Natili (eds) (2025) *Social Policy and EU Polity-Building through Crises and Beyond* (London: Routledge), pp. 4-7.
- 15 Ciccolini, G., M. Endrich, A. Nédée et al. (2025) "Intergenerational fairness in the EU: Income and housing dynamics in the context of demographic change". JRC144437. Publications Office of the European Union.
- 16 Kohl, S., F. Müller and R. Wilken (2026) "Housing question old and new: Mapping crowding, tenure, rents and segregation in the neighborhoods of major European cities around 1900 and today". *International Journal of Urban and Regional Research*. DOI: 10.1111/1468-2427.70044
- 17 Ciccolini, G., M. Endrich, A. Nédée et al. (2025) "Intergenerational fairness in the EU: Income and housing dynamics in the context of demographic change".
- 18 Ver, por exemplo: Cremaschi, S., P. Rettl, M. Cappelluti et al. (2023) "Geographies of discontent: Public service deprivation and the rise of the far right in Italy". Working paper no. 24-024. Harvard Business School; Wagner, P. (2023) "Populism as a problem of social integration: How tension at the workplace and with the welfare state fuels working-class welfare chauvinism". Tese de doutoramento. Institut d'études politiques de Paris. HAL.
- 19 Andor, L. (2022) *Europe's Social Integration, Welfare Models and Economic Transformations* (Brussels: FEPS).
- 20 Vandenbroucke, F., C. Barnard and G. De Baere (eds) (2017) *A European Social Union after the Crisis* (Cambridge: Cambridge University Press); Ferrera, M. (2019) "Why we need a European Social Union. A free standing political justification". LIEPP Working Paper. Sciences Po.
- 21 Huguenot-Noël, R. and F. Corti (2023) "EU employment policy and social citizenship (2009–2022): An inclusive turn after the Social Pillar?" *Transferência: European Review of Labour and Research*, 2(29): 185-201.
- 22 Belgium24.eu; "Social investment for resilient economies". Nota técnica – Colaboração ECOFIN-EPSCO (Grupo de Trabalho Informal sobre Investimento Social). Presidência belga do Conselho da União Europeia, março de 2024; "O

papel do investimento social”. Análise do Emprego e da Evolução Social na Europa (ESDE) (Grupo de Trabalho de Alto Nível de Proteção Social). Comissão Europeia, 2024.

23 Draghi, M. (2024) “*The future of European competitiveness*”. Comissão Europeia.

24 “Reflection paper on the social dimension of Europe”. Comissão Europeia, 2017.

25 Corti, F. (2022) *The Politicisation of Social Europe: Conflict Dynamics and Welfare Integration* (Cheltenham: Edward Elgar).

26 Aranguiz, A. (2022) *Combating Poverty and Social Exclusion in European Union Law* (Abingdon: Routledge).

27 Em 11 de novembro de 2025, o Tribunal de Justiça da União Europeia confirmou a validade da diretiva (com pequenas correções). A diretiva não é apenas legítima, mas também legal. A decisão do tribunal é afirmativa em relação à formulação de políticas sociais da UE em geral. A anulação parcial refere-se a essas disposições com interferência direta na fixação de salários, enquanto o tribunal confirmou as outras disposições da diretiva, incluindo o Artigo 5.º(1), que liga os salários mínimos à adequação, com o objetivo de alcançar um padrão de vida decente, e 5.º(4), que inclui o “limiar de decência” com base em 50% do salário médio e 60% do salário médio como pontos de referência fundamentais para avaliar a adequação.

28 Huguenot-Noël, R. (2025) “*Addressing challenges to international cooperation: The case of the euro*”. ESPAnet Annual Conference, Milan, 27-29 August.

29 Bokhorst, D. and S. Schreurs (2023) “*Europe’s social revival: From Gothenburg to Next Generation EU* (SIEPS 14epa)”. Swedish Institute for European Policy Studies. Kriesi, H., Stolle, D., Russo, L., Cicchi, L., Oana, I., Alexandru D., M. and D. Kovarek (2026). “*SiE survey dataset on solidarity in Europe (2025)*”. (Cologne: GESIS). DOI: 10.7802/2986.

30 Kosec, K. and C. H. Mo (2026). “*Shrinking welfare in the United States will bring political and social consequences*”. Carnegie Endowment for International Peace, 8 January.

31 Alesina, A. F., E. L. Glaeser and B. Sacerdote (2001) “*Why doesn’t the United States have a European-style welfare state?*” *Artigos académicos, Departamento de Economia da Universidade de Harvard*, 12502088.

32 “Employment rates by sex, age, and country”. Eurostat, 2025.

33 “Employment rate of women in the U.S. since 1990”. Statista, 2026.

34 “World Development Indicators: Life expectancy at birth, total (years)”. World Bank, 2023.

35 “Gini coefficient of equivalised disposable income (tessi190)”. Eurostat, 2025.

36 “Gini index. World Development Indicators”. World Bank, 2023.

37 “Monthly budget review: Summary for fiscal year 2024”. Congressional Budget Office, 8 November 2024.

38 Damsgaard Tørsløv, T. (2025) “*The European Union is becoming the world’s ‘quality of life’ superpower*”. Think Europa, 5 de outubro.

39 Sent, E.-M. (2026) “*It’s the European economy, stupid*”. *The Progressive Post*, 4 de fevereiro.

40 Alexander-Shaw, K., J. Ganderson and W. Schelkle (2023) “*The strength of a weak centre: Pandemic politics in the European Union and the United States*”. *Comparative European Politics*, 4(21): 448-469; Filauro, S. and Z. Parolin (2025) “*Poverty reduction during the COVID-19 pandemic: How did the European Union perform relative to the United States?*” *Journal of European Social Policy*.

41 Draghi, M. (2024) “*The future of European competitiveness*”.

42 Crespy, A. (2025) “*Boosting social Europe in challenging times: Pathways to boost the European eco-social model at the start of the new EU legislature*”. Perspetiva: economia e finanças. Friedrich-Ebert-Stiftung, fevereiro.

43 Hartlapp, M. and J. Windwehr (2025) “*Studying the reconfiguration of EU social policy*”, in B. Ebbinghaus and M. Nelson (eds) *Handbook on Welfare State Reform* (Cheltenham: Edward Elgar), pp. 326-342.

44 Koch, C. and D. Biegon (2025). “*Public investment in the proposed 2028-2034 EU budget – Needs, gaps and options*”. Resumo da política. Fundação dos Estudos Progressistas Europeus.

45 Ibid, p. 12.

46 Para uma revisão, ver, por exemplo: Saraceno, F. (2022) “*The return of fiscal policy: The new European Union macroeconomic activism and lessons for future reform*”. Documento OIT n.º 59. Organização Internacional do Trabalho, p.18-20; Saraceno, F. (2017) “*When Keynes goes to Brussels: A new fiscal rule for the EMU?*” *Annals of the Fondazione Luigi Einaudi*, 51: 131-158.

47 Ver também: Koch e Biegon 2025, p. 21.

- 48 Kolesnichenko, A. and G. R. Oosterwijk (2024) "Progressive foundations for modern European industrial policy" Policy brief. Foundation for European Progressive Studies.
- 49 Hemerijck, A. and R. Huguenot-Noël (2022) *Resilient Welfare States in the European Union* (Newcastle upon Tyne: Agenda Publishing).
- 50 Corti, F., A. Ounnas and T. Ruiz de la Ossa (2023) "Job retention schemes between the Great Recession and the COVID-19 crises: Does the institutional design affect the take up? An EU-27 cross-country comparison". Análise aprofundada do CEPS nº 2023-02. Centro de Estudos de Política Europeia.
- 51 Dolls, M. (2024) "An unemployment re-insurance scheme for the eurozone? Efeitos estabilizadores e redistributivos". *European Economic Review*, 170, 104872.
- 52 Fischer, G., R. Strauss and S. Spasova (2026) "A European unemployment reinsurance scheme revisited". Artigos de investigação OSE European Social Observatory.
- 53 Georgiou, C. (2025) "The structural power of finance, the quest for EU safe assets and the prospect of a permanent EU borrowing capacity". *Journal of European Public Policy*.
- 54 Denis B. (2025) "What should Europe's industrial policy – and Europe itself – look like?", in A. Piasna, S. Theodoropoulou and B. Vanhercke (eds) (2025) *Benchmarking Working Europe 2025* (Brussels: ETUI and ETUC).
- 55 Letta, E. (2024) "Much more than a market: Empowering the single market to deliver a sustainable future and prosperity for all EU citizens". Comissão Europeia.
- 56 Zeitlin, J. and B. Rangoni (2025) "How the European Union reconciles uniform regulation with legitimate diversity: Towards a tighter experimentalist architecture". *Journal of European Public Policy*.
- 57 Beveridge, W. (1942) "Social insurance and allied services". Command Paper 6404. HMSO; Esping-Andersen, G. (1990) *The Three Worlds of Welfare Capitalism* (Princeton, NJ: Princeton University Press).
- 58 Hemerijck, A. and D. Bokhorst (2026) *Governing the Welfare Commons* (Oxford: Oxford University Press).
- 59 Lamont, M. (2025) *Seeing Others: How to Redefine Worth in a Divided World* (London: Penguin).
- 60 Hartlapp, M., G. Smolica and G. Weizman Shapira (2025) "Beyond programmatic talk: Measuring quality and quality of regulation for social, green and innovation goals in public procurement". Conferência Geral ECPR, Berlim, Alemanha, 11-13 de junho.
- 61 Letta, E. (2024) "Much more than a market: Empowering the single market to deliver a sustainable future and prosperity for all EU citizens".
- 62 Ver "CSDDD Datahub reveals law covers fewer than 3,400 EU-based corporate groups", Centre for Research on Multinational Corporations (SOMO), January 2025.
- 63 "Making better use of public procurement: Opportunities for quality jobs, workers' rights and social progress in European public procurement". Uni Europa, março de 2025.
- 64 "Joint statement on the revision of the EU Public Procurement Directive 2014/24". FoodServiceEurope, Confederation of European Security Services (CoESS), European Cleaning and Facility Services Industry (EFCI), European Federation of Food, Agriculture and Tourism Trade Unions (EFFAT), & UNI Europa, 26 de janeiro de 2026.
- 65 Hartlapp, M. (2020) "Measuring and comparing the regulatory welfare state: Social objectives in public procurement". *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 1(691): 68-83.
- 66 Kirton-Darling, J. and I. Barthès (2024) "Draghi report: A social agenda is lacking". Social Europe, 12 de setembro.
- 67 Kyriazi, A., J. Miró and M. Natili (eds) (2025) *Social Policy and EU Polity-Building through Crises and Beyond*.
- 68 Crespy, A. (2016) *Welfare Markets in Europe: The Democratic Challenge of European Integration* (Oxford: Oxford University Press).
- 69 Ferrando, M., M. Ferri and R. Lucas (2019) "Alternatives to public procurement in social care". Associação Europeia de Prestadores de Serviços para Pessoas com Deficiência.
- 70 Algumas das principais conclusões do relatório produzido para este Grupo de Alto Nível podem hoje ser encontradas em: Rodríguez-Pose, A. (2025) "Forging a sustainable future together: Cohesion Policy at its defining moment". *Regional Studies*, 1(59): 2552869.
- 71 Rodríguez-Pose, A. (2017) "The revenge of the places that don't matter (and what to do about it)". *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, 1(11): 189-209.

- 72 "Forging a sustainable future together: Cohesion for a competitive and inclusive Europe". Direção-Geral da Política Regional e Urbana. Comissão Europeia, 2024.
- 73 "Forging a sustainable future together – Cohesion for a competitive and inclusive Europe, Directorate-General for Regional and Urban Policy". High-Level Group on the Future of Cohesion Policy. Publications Office of the European Union, 2024.
- 74 Hartlapp, M. and J. Windwehr (2025) "Studying the reconfiguration of EU social policy".
- 75 Afscharian, D., T. Fischer, L. Bänsch et al. (2026) "Fostering children's opportunities". Policy paper. Zentrum für neue Sozialpolitik, 26 de janeiro.
- 76 Shahini, V., A. V. Panaro and M. Jessoula (2024) "The politics of minimum income protection in the EU: The long road to a Council Recommendation", in B. Vanhercke, S. Sabato and S. Spasova (eds) *Social Policy in the European Union: State of Play 2023: An Ambitious Implementation of the Social Pillar* (Brussels: ETUI & European Social Observatory), pp. 95-114.
- 77 Letta, E. (2024) "Much more than a market: Empowering the single market to deliver a sustainable future and prosperity for all EU citizens".
- 78 Rodríguez-Pose, A. (2025). "Forging a sustainable future together: Cohesion Policy at its defining moment". *Regional Studies*, 59(1). DOI: 10.1080/00343404.2025.2552869.
- 79 Lang, V., N. Redeker and D. Bischof (2022) "Place-based policies and inequality within regions". OSF Preprints; Hansum, R. (2025) "Implementation of cohesion policy funds in the EU member states – who gets what, when and how?" Tese de doutoramento. Hertie School. OPUS4.
- 80 Zeitlin, J., D. Bokhorst and E. Eihmanis (2023) "Rethinking the governance and delivery of the Cohesion Policy Funds: Is the Recovery and Resilience Facility (RRF) a model?" Relatório final. Comissão Europeia, Direção-Geral da Política Regional e Urbana, outubro.
- 81 Ballantyne, S., A. Hemerijck, L. Mascioli et al. (2023) "Taking social investment seriously in EU cohesion policy". Relatório final. Comissão Europeia, abril.
- 82 Huguenot-Noël, R. (2023) "Cash for reforms' in the EU after the RRF: Can cohesion benefit?" Relatório final. Direção-Geral da Política Regional e Urbana. Comissão Europeia.
- 83 Crespy, A. and B. Kenn (2022) "The EU's 'people, skills, preparedness' agenda: A risky shift in social policy". Social Europe.
- 84 Vanhercke, B., S. Sabato and S. Spasova (eds) (2024) *Social Policy in the European Union: State of Play 2023 – An Ambitious Implementation of the Social Pillar* (Brussels: ETUI & OSE).
- 85 Cantillon, B., M. Ferrera and M. Keune (2024) "Stepping up the EU agenda on social citizenship". Social Europe, 12 de abril.
- 86 Ferrera, M. (2024) *Politics and Social Visions: Ideology, Conflict, and Solidarity in the EU* (Oxford: Oxford University Press).

SOBRE OS AUTORES



LÁSZLÓ ANDOR

László Andor é o Secretário-Geral da FEPS. Economista e ex-comissário da UE para o Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão (2010-2014), Andor foi responsável do Departamento de Política Económica da Universidade de Corvinus (Budapeste), Senior Fellow da Hertie School of Governance (Berlim) e Professor Visitante na ULB (Bruxelas) e Sciences Po (Paris). Foi editor da revista *Eszmélet* e colunista regular de *Figyelo* e *Népszava*. Escreveu, editou ou co-editou uma dúzia de livros. Andor também lecionou na Universidade de Rutgers como Professor Visitante Fulbright, trabalhou como Conselheiro para o Banco Mundial sobre SAPRI, a Comissão de Orçamento do Parlamento Húngaro (1998-1999) e o gabinete do Primeiro-Ministro (2002-2005), e também foi Membro do Conselho de Administração do BERD. É licenciado em Ciências Económicas pela Universidade Karl Marx (agora Corvinus), mestre em Economia do Desenvolvimento pela Universidade de Manchester e doutor pela Hungarian Academy of Sciences. Foi agraciado com o Doctor Honoris Causa na Sofia University of National and World Economy e com a Legião de Honra pelo Presidente da França (2014).



ROBIN HUGUENOT-NOËL

Robin Huguenot-Noël, investigador de pós-doutoramento, Freie Universität Berlin (FU). Formado em economia e ciência política, é doutor pelo European University Institute de Florença. Entre 2014 e 2020, trabalhou como consultor do tesouro do Reino Unido, da German Co-Operation and Development Agency (GIZ) e do Centro de Política Europeia (EPC). Contribuiu com vários relatórios para as instituições da UE sobre a governação económica da UE, a política de coesão e a política social na UE.

SOBRE A FOUNDATION FOR EUROPEAN PROGRESSIVE STUDIES (FEPS)

A FEPS é a fundação política progressista europeia e o grupo de reflexão da família política progressista a nível da UE. A nossa missão é desenvolver investigação inovadora, aconselhamento político, formação e debates para inspirar e informar políticas progressistas em toda a Europa.

FEPS
FOUNDATION FOR EUROPEAN
PROGRESSIVE STUDIES



Avenue des Arts 46
1000 Bruxelas, Bélgica
info@feeps-europe.eu
www.feeps-europe.eu
@FEPS_Europe

SOBRE A FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT REPRESENTAÇÃO EM PORTUGAL

Enquanto Fundação Friedrich Ebert em Portugal (FES Portugal), acompanhamos desde 1976, a partir do nosso escritório em Lisboa, o processo de transformação política e social do país, em particular através do diálogo com sindicatos e decisores políticos. Com base nesta relação de confiança, trabalhamos temas centrais da política europeia, sobretudo justiça social e resiliência democrática. Entendemo-nos como construtores de pontes, desenvolvendo abordagens políticas progressistas com parceiros de Portugal, da Alemanha e da Europa. Neste trabalho, contamos com parceiros locais e a nossa rede global de mais de 80 escritórios.



Av. Sidónio Pais 16 1º Dto,
1050-215 Lisboa, Portugal
info.portugal@fes.de
www.portugal.fes.de
@fesportugal

SOBRE A FUNDAÇÃO RES PUBLICA

A Fundação Res Publica é um think tank português dedicado ao pensamento político e às políticas públicas, inspirado nos valores da liberdade, igualdade, justiça, fraternidade, dignidade e direitos humanos. A sua atividade centra-se na promoção da democracia, da coesão social e do desenvolvimento sustentável através da investigação, do debate público e da cooperação institucional, com especial enfoque nas políticas sociais, económicas e europeias. Para concretizar esta missão, a Fundação desenvolve debates, conferências, podcasts, publicações e formação, promovendo a reflexão crítica e a participação cívica em torno dos principais desafios das políticas públicas contemporâneas.



Av. da República, n.º34 – 8º andar
1050-193 Lisboa, Portugal
geral@fundacaorespublica.pt
www.fundacaorespublica.pt
@respublicafundacao

SOBRE A SOLIDAR

O SOLIDAR é uma rede europeia de mais de 50 Organizações da Sociedade Civil (OSC) com um alcance global que trabalham para promover a justiça social através de uma transição justa na Europa e no mundo.



Avenue des Arts 50,
1000 Bruxelas, Bélgica
communications@solidar.org
www.solidar.org
@Solidar_EU

SOBRE A JOHANNES MIHKELSON CENTRE

O Johannes Mihkelson Centre é um centro de competências estónio criado em 1993. Trabalhamos na interseção entre emprego, inclusão social e apoio comunitário. A nossa missão é promover a igualdade de oportunidades, mercados de trabalho inclusivos, participação social e apoio focado na pessoa para pessoas em situações vulneráveis.



JOHANNES
MIHKELSONI
KESKUS

Riia 13-23,
Tartu (Estónia)
jmk@jmk.ee
www.jmk.ee
@jmk1993

SOBRE A PROFORUM

O Civic Association Progressive Forum (PROFORUM) é uma associação de interesse voluntário de cidadãos independente de partidos e movimentos políticos. O seu objetivo é apoiar o debate construtivo e substantivo e propor recomendações sobre o rumo da Eslováquia e o seu lugar na Europa e no mundo, com ênfase nas seguintes questões: como tornar a globalização amiga do ser humano, como prevenir a pobreza, como promover a justiça social e como prevenir a degradação ambiental.



proforum
PROGRESÍVNE FÓRUM

Batkova 1,
841 01 Bratislava, Eslovénia
proforum@proforum.sk
www.proforum.sk
@progresivneforum

SOBRE TÓPICOS SEMELHANTES

POLICY STUDY
February 2024

THE SOCIAL PILLAR AND THE FUTURE OF THE EU SOCIAL AGENDA

Tommaso Grossi, Laura Rayner, Danielle Brady, Xheimina Dervishi

European Pillar of Social Rights

10 Principles:

1. Fair wages
2. Secure and equitable employment
3. Access to essential services
4. Gender equality
5. Social dialogue and involvement of workers
6. Health and care
7. Skills and training
8. Long-term care
9. Inclusion of people with disabilities
10. Lifetime learning

Logos: AK, EPC, soliar, social platform, FEPS, FPEP

POLICY BRIEF
September 2025

FEPS
FOUNDATION FOR EUROPEAN PROGRESSIVE STUDIES

A PROGRESSIVE ROADMAP FOR EXPANDING EUROPEAN DIGITAL SOVEREIGNTY

ABSTRACT

This policy brief outlines an ecosystemic and progressive roadmap for strengthening Europe's digital sovereignty, understood as an international endeavour that goes beyond simply expanding access to digital technologies. It argues that digital sovereignty, defined as the democratic control by states and their people of essential technologies for their lives and self-government, also requires the capacity to understand and develop technologies with full awareness of their environmental, social, economic, ethical and political implications.

Building on this definition and recognising that digital value chains are dominated by US and, to a lesser extent, Chinese Big Tech companies, the policy brief calls for the creation of a public-led, democratic, and people-centred digital value chain or stack that operates within planetary boundaries. It sets out why such an alternative ecosystem is both necessary and achievable, and why the public sector should take the lead by establishing democratic public institutions to support it.

As the policy brief concludes, more than ever, we need technologies that empower people and respect the planet, prioritising these goals over private profit, military objectives, and the geopolitical ambitions of a small minority that undemocratically wields global power. Whether the European Union will rise to this challenge remains an open question.

AUTHOR
CECILIA RIAPAD
Associate Professor in Economics and Head of Research, University College London, Institute for Innovation and Public Purpose (IIP)

IN PARTNERSHIP WITH
Friedrich Ebert Stiftung

POLICY BRIEF
November 2025

FEPS
FOUNDATION FOR EUROPEAN PROGRESSIVE STUDIES

PUBLIC INVESTMENT IN THE PROPOSED 2028-2034 EU BUDGET

NEEDS, GAPS AND OPTIONS

ABSTRACT

While the political debate on the Multiannual Financial Framework (MFF) has until now concentrated on the architecture of agricultural and cohesion spending, we argue that the European Commissioners proposed for the next EU MFF 2028-34 should also be assessed based on its ability to address the EU's current and future challenges. Does the EU budget provide sufficient public investment for digitalisation, just transition, green economic resilience and defence to prevent rising costs threatening fiscal sustainability in the long run? Based on an in-depth analysis of the Commission's proposal and contrasting it with studies on investment needs across policy fields and the current budget, we draw the following conclusions:

Firstly, contrary to the European Commission's official statements the MFF proposal is far from ambitious. When budget volume – the proposed increase to €1,763 billion (2025 prices) compared with the current MFF of €1,526 billion (2025 prices) – is considered relative to the size of the EU economy, it becomes clear that the proposal largely just offsets inflation and the requirement of Next Generation EU (NGEU) loans. Member states would face some contribution increases in 2028, but these equally might reflect lower than expected contributions today due to the inflation crisis, rather than financing a marked growth of the EU budget. The pact's reform when off-budget instruments are considered – in particular, NGEU significantly boosted the financial capacity of the current MFF period, a boost that is not fully compensated for over when including all off-budget and loan instruments, such as Cohesion, Europe, Security Action for Europe (SAFE) and the Crisis Response Mechanism.

Secondly, despite a stronger investment focus in the proposed MFF, the public investment gap remains substantial from 2028 onwards if the proposal were to pass as it stands: around 1.5% of gross national income at the EU level and over 2% at the national level in necessary additional investments reach each year. While public investment gaps in defence and resilience are likely to narrow, they widen considerably regarding decarbonisation.

To address these shortfalls without raising member state contributions, we propose and discuss three concrete reform avenues to strengthen public investment during the next EU budget period:

- 1) Reform the EU fiscal rules to give more flexibility to national investment.
- 2) Expand EU own resources more ambitiously to fund more EU-level investment.
- 3) Use the national escape clause more comprehensively to fully unlock planned off-budget loan instruments.

AUTHORS
DR CÉCILE KOCH
Independent Policy Analyst
DR DOMINICA BIEGON
Head of Unit for European Economic Policy at the German Trade Union Confederation

IN PARTNERSHIP WITH
Friedrich Ebert Stiftung

POLICY STUDY
February 2025

EXPECTED LABOUR MARKET EFFECTS OF THE GREEN DEAL INDUSTRIAL PLAN

A REGIONAL LABOUR POLICY APPROACH

Milan Pettit, Mikhail Sirenko, Erik Pruyt, Michael Obersteiner

Logos: EPC, soliar, social platform, FEPS, FPEP

POLICY BRIEF
September 2025

FEPS
FOUNDATION FOR EUROPEAN PROGRESSIVE STUDIES

HEALTHY MINDS, STRONGER EUROPE: PROGRESSIVE SOLUTIONS FOR MENTAL HEALTH AND WELLBEING IN EUROPE

ABSTRACT

Deteriorating mental health has emerged as one of the defining challenges for Europe and its citizens in the 21st century. The COVID-19 pandemic, growing digital pressures, precarious labour conditions and the rising problem of addictive behaviour have underscored the urgency of a comprehensive European strategy. This policy brief demonstrates that mental health is not just a health sector issue, but a cross-cutting priority affecting productivity, social cohesion and resilience of both individuals and our society. The analysis reviews EU policy evolution, highlights progress with the 2022 Commission communication and identifies gaps where European action is most needed. Three key domains are explored: workplace wellbeing and mental health; impact of digital technologies on mental health; and the link between addictions and mental health. Each issue is also addressed through a gender-sensitive approach. Context, existing evidence, best practices and analysis are highlighted. Recommendations are presented under each headline. The policy brief concludes that the EU must advance a comprehensive mental health strategy, mainstreaming mental health into policies, supporting prevention and early intervention, introducing adequate monitoring practices, regulating harmful practices, and fostering coordination through a harm-reduction lens.

AUTHORS
TOMÁS BETRIKLIK
Senior Non-Resident Fellow at Center for International Relations and Director of European Innovation Center
ANNA MICHALIDOU
Assistant Professor
University of Chemistry and Technology, Prague
ALINA BIEGON
Assistant Professor
University of Southern Denmark
SARA BOZARCIUK
Assistant Professor
University of Stavanger

IN PARTNERSHIP WITH
Friedrich Ebert Stiftung

POLICY BRIEF
September 2025

FEPS
FOUNDATION FOR EUROPEAN PROGRESSIVE STUDIES

INTERGENERATIONAL SOLIDARITY IN EUROPE – A PROGRESSIVE VISION

ABSTRACT

Championed by progressives, intergenerational solidarity embodies the values of social justice, sustainability and democracy. It builds on the universal character of human rights, which ensure equal dignity, wellbeing and a duty towards one community.

This policy brief analyses this concept, building on existing research and on wide consultation with academics, civil society, and key stakeholders such as the Young European Socialists and the European Seniors Organisation. It constitutes a progressive contribution to the upcoming EU Strategy on Intergenerational Fairness, announced by the European Commission for early 2026.

Exploring how the question of solidarity between generations is mobilised in national contexts, but also across existing EU policies, this policy brief presents building blocks for a comprehensive approach on this matter: welfare policies, democracy and participation, policy mainstreaming and financing.

In the field of welfare policies, this policy brief addresses issues related to housing, employment and the future of work, care and healthcare, ensuring gender mainstreaming and intersectional approaches. Across all policies, the European Pillar of Social Rights remains a guiding framework for action.

When it comes to intergenerational democracy and participation, this policy brief addresses issues related to civic and citizenship education, lowering the voting age, cross-generational dialogue, youth participation, citizens assemblies and digital democracy.

Finally, the policy brief explores how to mainstream intergenerational solidarity across the EU policy-making process, via youth tests, generational checks and wellbeing indicators. It also links with negotiations for the post-2027 EU Multiannual Financial Framework.

AUTHORS
FRANÇOIS BALATE
Policy Analyst & Academic Coordinator, Foundation for European Progressive Studies
MATTEO DRESSLER
Policy Analyst, Foundation for European Progressive Studies